



A magazine of bullets, solemnly a Rwandan rebel fighter. (© Barbet Kiprotich/Outright Images).



# Obstáculo ao desenvolvimento:

## OS EFEITOS DAS ARMAS LEVES NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

# 4

### INTRODUÇÃO

As pessoas são vulneráveis à violência relacionada com armas leves em numerosos contextos. Este capítulo examina como a disponibilidade de armas leves e seu mau uso afetam o potencial e o bem estar humanos, direta e indiretamente. Apesar de limitadas, foram realizadas pesquisas sobre os efeitos das armas leves em países em desenvolvimento e como a existência e o mau uso de armas leves pode ser nocivo para o desenvolvimento humano. Os mais fortemente atingidos são os países em desenvolvimento nos quais instituições públicas, como polícia e serviços de saúde, são falhas ou predatórias. Um grande número de pessoas recorre a métodos alternativos para se protegerem, inclusive por meio de serviços particulares e informais de segurança.

A primeira parte do capítulo enfoca os efeitos da disponibilidade e do mau uso de armas leves sobre o desenvolvimento humano, diferente dos efeitos dos conflitos e da violência social. Sinaliza que, em muitas regiões, a disponibilidade e o mau uso de armas de fogo estão entre as principais causas de ferimentos letais e não-letais. O capítulo também avalia as implicações sociais e econômicas da perda de poder aquisitivo, os traumas psicológicos e os custos de tratamento e reabilitação das vítimas. A utilização real e visível de armas ajuda a gerar efeitos indiretos, nem todos claramente enunciados por pesquisadores. Esses efeitos indiretos têm a ver com:

- O nível e a intensidade da criminalidade;
- A qualidade e a existência de serviços assistenciais;
- A produtividade das atividades econômicas;
- A dinâmica dos investimentos (estrangeiros e nacionais), da poupança e da arrecadação;
- A força do capital social «positivo».

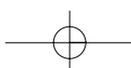
O capítulo também mostra que o controle das armas leves não deve ser visto apenas como uma questão de desarmamento, mas também como um desafio à segurança e ao desenvolvimento. Apesar dos resultados muitas vezes ficarem aquém das intenções, estão surgindo reações à questão da disponibilidade e do mau uso de armas leves. O capítulo passa em revista os modos como governos, organizações multilaterais e ONGs estão reagindo à questão das armas leves e do desenvolvimento humano.

São examinadas as seguintes questões:

- **Qual é a relação entre a disponibilidade e o mau uso de armas leves e o desenvolvimento humano?**
- **Quais são os efeitos da disponibilidade e mau uso de armas leves sobre o desenvolvimento humano?**
- **Como o mundo do desenvolvimento reagiu aos efeitos das armas leves sobre o desenvolvimento?**

O capítulo termina examinando as atuais abordagens multilaterais, dos governos e do terceiro setor às questões de armas leves que envolvem uma perspectiva de desenvolvimento. Pode-se identificar três amplas abordagens que

Though a gap persists between talk and action, developmental responses to small arms availability and misuse are emerging.





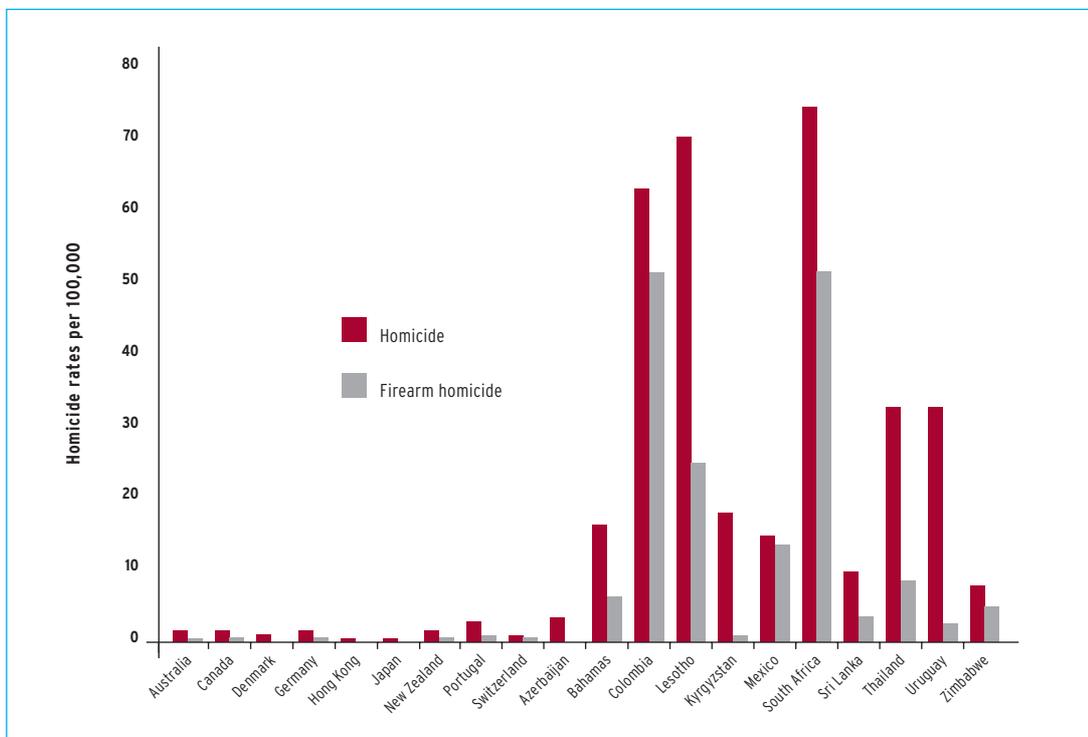
**SMALL ARMS SURVEY 2003**

se sobrepõem em parte. A primeira trata da demanda por armas leves e das causas profundas dos conflitos armados e da violência social. A segunda abordagem focaliza as reformas ou o fortalecimento de instituições, da legislação e da regulamentação ligados a transferências de armas leves (exportações e importações) e à sua posse. A abordagem final busca apresentar considerações relacionadas ao desenvolvimento na elaboração e implementação de programas de coleta e destruição de armas.

**CONFLITO ARMADO E VIOLÊNCIA SOCIAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

Na Cúmeira do Milênio em 2000, os estados membros da ONU identificaram os pobres como estando sob especial ameaça das armas leves. Segundo eles, a diminuição da pobreza e o crescimento econômico estão solapados pela disponibilidade e o mau uso de armas pequenas e leves. O Small Arms Survey (2002, pp.155-202) também constatou que o mau uso de armas leves é um problema crescente em países em desenvolvimento. Massacres em escolas e o índice elevado de suicídios em países desenvolvidos chamam atenção dos meios de comunicação para o problema da violência por armas de fogo,<sup>1</sup> mas as conseqüências a longo prazo do uso de armas leves em países em desenvolvimento devem ser estudadas em contexto mais amplo.

**Figure 4.1 Homicide and firearm homicide rates per 100,000 in selected countries, 2000**



Source: UNODC (1986-2002)



## DESENVOLVIMENTO

A existência de *conflitos armados internos*<sup>2</sup> e de *violência social*<sup>3</sup> difundida em países em desenvolvimento aumenta o risco para civis. Em muitos países em desenvolvimento a violência armada política não se distingue claramente da violência criminosa, especialmente após a guerra. A violência relacionada a armas leves pode ser tão comum que países «pacíficos» sob outros aspectos, como o Brasil, a Jamaica e a África do Sul, muitas vezes apresentam sintomas semelhantes aos da guerra.<sup>4</sup>

As evidências mostram que os conflitos armados e a violência social se concentram em países em desenvolvimento. O histórico da década passada é alarmante.<sup>5</sup> Das duas ou três dúzias de conflitos violentos que ocorreram a cada ano entre 1992 e 2002, mais de 90% se passaram no mundo em desenvolvimento.<sup>6</sup> Dois terços dos 15 conflitos internos em curso em 2002 já haviam durado oito anos ou mais. Isso confirma as constatações do Banco Mundial, de que existe forte probabilidade de um conflito reacender-se em região que tenha recentemente estado conflituada. (Collier, 2000). Quase 50% dos países pior colocados na classificação do Índice 2002 de Desenvolvimento Humano da ONU (HDI)<sup>7</sup> foram fortemente afetados por conflitos armados. Vários países de nível médio de desenvolvimento foram muito afetados pela violência social envolvendo armas de fogo, no mesmo período. A série histórica vem reforçar o argumento de que, desde os anos 50, as sociedades menos desenvolvidas têm sofrido mais com guerras e violência do que as sociedades desenvolvidas.<sup>8</sup>

Since the 1950s, less developed societies have suffered more from warfare and violence than more developed ones.

#### Box 4.1 A história do desenvolvimento: os últimos 50 anos

O desenvolvimento passou por mudanças consideráveis, na teoria e na prática, nas cinco últimas décadas. Como demonstram as tensões entre as instituições de Bretton Woods, o G-8 e os que se manifestaram contra a globalização em 2003, contesta-se amargamente o que é “desenvolvimento adequado”. Para contextualizar este capítulo, convém revisar algumas interpretações contemporâneas.

Nos anos 50, desenvolvimento era quase sinônimo de crescimento econômico. Buscava-se o desenvolvimento por meio da industrialização conduzida pelo Estado com o objetivo de aumentar os fatores de produção e consumo, estratégia essa estimulada pelas recém-fundadas instituições de Bretton Woods (o Banco Mundial e o FMI). Após o declínio do sistema de câmbio fixo, e depois das duas crises petrolíferas de meados dos anos 70, surgiu um paradigma de desenvolvimento radicalmente diferente. Geralmente conhecido como Consenso de Washington, representa uma inversão da ortodoxia do desenvolvimento anterior: declarou a desregulamentação, a liberalização e a privatização como ingredientes essenciais do *crescimento econômico* e do desenvolvimento sustentáveis.

Durante os anos 60 e 70, o desenvolvimento rural integrado e a importância da satisfação das necessidades básicas das pessoas eram muito discutidos. Enquanto abordagens neoliberais tinham dominado as diretrizes macroeconômicas de cima para baixo, as abordagens participatórias, o feminismo, o movimento ambientalista e atores não governamentais exerciam influência de baixo para cima. Esse período anunciou o conceito de desenvolvimento sustentável, que incluía dois princípios fundamentais: a conservação de recursos não-renováveis e a sustentabilidade do meio ambiente. O desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Brundtland em 1987 como sendo o “desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades (Comissão Internacional do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, 1987:43)

O conceito de desenvolvimento ampliou-se nos anos 80 e início dos anos 90 quando foi publicado o Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD. O relatório definia desenvolvimento humano como sendo relacionado com a qualidade de vida das pessoas e não com sua renda. O PNUD afirmava que o desenvolvimento incluía a formação - e utilização - das capacidades do indivíduo, como mais saúde e mais conhecimento. O desenvolvimento humano como mensuração do bem estar ia mais além dos indicadores econômicos do desenvolvimento, como a pobreza da renda (entre US\$ 1 e US\$ 2 por dia).

Durante os anos 90, o desenvolvimento era discutido com mais frequência em relação à segurança, nacional e humana. As Nações Unidas introduziram conceitos de segurança e desenvolvimento centrados no ser humano no início dos anos 90. Ambas interpretações privilegiavam os direitos da pessoas antes dos direitos dos estados. Em sua forma mais ampla, priorizavam preocupações em torno do desenvolvimento: econômicas e financeiras, alimentação e saúde, físicas e culturais, ecológicas e políticas. Coligações de estados e de atores não governamentais, como o Human Security Network e a Commission on Human Security, reconheciam que as principais ameaças, desde o fim da Guerra Fria, não são mais de natureza militar fora das fronteiras, mas são muito mais amplas e diversificadas, e afetam as pessoas comuns em sua vida cotidiana.

Source: Jolly (2002); Mehrotra and Jolly (1997)



### SMALL ARMS SURVEY 2003

A disponibilidade de armas leves é uma causa que predispõe ao subdesenvolvimento mais do que uma razão fundamental. O mau uso de armas leves afeta a capacidade humana, como a saúde ou a educação, e a possibilidade das pessoas usarem suas capacidades em condições de segurança e seguridade. Porém, mais difícil de avaliar é a relação precisa entre o mau uso de armas leves e índices tradicionais de desenvolvimento econômico, como a renda per capita, o investimento estrangeiro direto, os gastos governamentais e a poupança interna.

O foco atual sobre armas leves e desenvolvimento humano (em oposição ao desenvolvimento econômico ou sustentável) marca uma nova orientação, oposta à análise convencional do desarmamento e do desenvolvimento. Desde os anos 50, policy-makers, economistas de defesa e peritos em desarmamento têm focalizado a conversão de instalações destinadas a fins militares – particularmente aquelas que envolvem armas nucleares e convencionais – para fins mais produtivos (civis), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico. Acreditava-se que redirecionar despesas com fins militares para o bem estar social, traria dividendos de paz, diminuiria a pressão sobre o meio ambiente e garantiria uma trajetória de desenvolvimento mais sustentável.

Não é claro até que ponto essa conversão é economicamente factível (Ver quadro 4.2), especialmente na medida em que envolve armas leves. O ponto em que o desarmamento gera redistribuição ou desenvolvimento (e vice-versa) também é incerto. Existe muito pouca pesquisa sobre a relação entre desenvolvimento humano e desarmamento prático ou microdesarmamento. Essa falta de pesquisas não é surpreendente, dada a escala reduzida e o pequeno valor da produção e do comércio de armas leves comparativamente às armas convencionais (PRODUTORES, TRANSFERÊNCIAS).

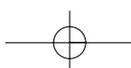
Poverty encompasses current and future material deprivation and exposes people to increased insecurity and armed conflict.

#### Box 4.2 Desarmamento em troca de desenvolvimento: funciona?

A atual discussão sobre armas leves e desenvolvimento é muito diferente de tentativas anteriores de descobrir as relações entre desarmamento e desenvolvimento. Nos anos 70 e 80, a razão fundamental para buscar o desarmamento em troca do desenvolvimento consistia em três propostas básicas. A primeira enfatizava o custo da produção, aquisição e gestão de armas e seu efeito negativo sobre o meio ambiente. A segunda apontava que as despesas militares concorriam com outros investimentos em ativos fixos e que o capital liberado de despesas improdutivas (em armas) podia ser reinvestido em outros bens sociais como saúde e educação. A terceira estimava que se poderia colher um dividendo de paz da poupança ligada a menores despesas relacionadas com armas, por meio da conversão de instalações militares – especialmente as destinadas à fabricação e estocagem de armas nucleares, biológicas, químicas e convencionais – para objetivos civis (Wulf, 1991).

Houve tamanho interesse nessas propostas que, em 1987, a Assembléia Geral da ONU enfatizou os vínculos entre desarmamento e desenvolvimento sustentável por meio de uma série de notáveis conferências, relatórios e resoluções (ver, por exemplo, Assembléia Geral das Nações Unidas, 1987;1989;1990;1991;1992;1993). Na década seguinte, a idéia de dividendos de paz foi perdendo crédito, em grande parte porque não apareceu esse dividendo nos países que haviam tentado a conversão.<sup>9</sup> Segundo o BICC (1998:2) “em vez de trazer ganhos econômicos rápidos, o desarmamento parece ter desvalorizado empresas, mão-de-obra e conhecimento. Os governos e os gestores que esperavam reutilizar recursos do setor militar para fins civis perceberam que eram necessários novos investimentos para conseguir um retorno no futuro”.

As experiências dos anos 90 realçaram a complexidade da conversão e demonstraram que o sucesso ou o fracasso está muito ligado a fatores autônomos, particularmente à situação macroeconômica geral de dado país. Se qualquer efeito positivo da redução de despesas militares deve ser avaliado em perspectiva de longo prazo, o desarmamento não conduz automaticamente ao desenvolvimento, nem o desenvolvimento conduz ao desarmamento (Brauer, 1990; Intriligator, 1992). A suposição de que as verbas serão redirecionadas a bens sociais repousa na noção de que os governos têm obrigação de redirecionar a despesa da defesa para o bem estar.<sup>10</sup> No entanto, alguns economistas da defesa ainda pesquisam os supostos benefícios das despesas militares em países em desenvolvimento, inclusive a idéia da conversão como processo de investimento.<sup>11</sup>





Criança soldado em Serra Leoa.

© epd-bild/Sebastian Boesch

## MEDINDO OS EFEITOS DAS ARMAS LEVES: UM SISTEMA CONCEITUAL

As armas leves podem ser prejudiciais ao desenvolvimento humano. Em muitos casos, os efeitos, diretos e indiretos, podem ser empiricamente registrados e analisados (Small Arms Survey, 2001:198; Muggah e Batchelor, 2002:16).

Os *efeitos diretos* da disponibilidade e do mau uso de armas leves sobre o desenvolvimento humano incluem ferimentos fatais e não-fatais; o custo do tratamento e da reabilitação de feridos por armas de fogo; e o custo da incapacidade física a longo prazo e da perda de produtividade. Mas, se os efeitos diretos da violência relacionada a armas de fogo têm conseqüências a curto e longo prazo sobre o potencial humano, eles não apreendem o fardo global da sociedade em conseqüência da violência armada. Segundo Cook e Ludwig (2002B), o custo da violência armada é muito superior ao que sugere a abordagem tradicional da comunidade da saúde pública. Para responder à ameaça das armas de fogo, pessoas e famílias mudam seu estilo de vida e gastam dinheiro para se protegerem em vez de investir de maneira produtiva. O fardo direto que resulta da ameaça à vida, associado ao fardo indireto da proteção e da evitação, representam um imposto sobre o padrão de vida de uma comunidade. Um nível contínuo de violência ligada a armas de fogo tende a desestimular os investimentos particulares e a poupança nacional, redirecionando os gastos governamentais para outros fins, atrasando o crescimento econômico.



## SMALL ARMS SURVEY 2003

### Box 4.3 Por que distinguir violência ligada a armas de fogo de conflito armado e violência social?

Muitos pesquisadores tentaram mensurar os efeitos socioeconômicos dos conflitos armados sobre o desenvolvimento, desde o início dos anos 90 (Azam, 2001; Auvinen 1997; Brauer e Gissy, 1997; Collier e Hoeffler 1998; Kumaranayake, Zwi e Ugalde, 1997; Luckham et al., 2002; Stewart e Fitzgerald, 2000).<sup>12</sup> Muito menos esforços foram levados a cabo para mensurar os efeitos das armas leves no desenvolvimento. O relatórios tenderam a exagerar os efeitos do mau uso de armas leves ou a incluir os impactos específicos das armas leves nas conseqüências gerais dos conflitos armados ou da violência social.

Uma primeira tentativa de incluir os custos sociais e econômicos em uma análise geral da proliferação de armas foi desenvolvida por Christopher Louise (1995). Citando alguns casos na África e no Sul da Ásia, o estudo de Louise realçava o papel da disponibilidade de armas pequenas e leves nas violações da lei e da ordem, na militarização da vida cotidiana e numa série de efeitos psicológicos.

Tratar a violência relacionada a armas de fogo como problema diferente da violência social é importante, por pelo menos duas razões. Primeiro, como observam Cook e Ludwig (2002B:2), "armas de fogo são mais mortíferas do que outras armas de fácil obtenção, como facas, porretes ou punhos. Elas dão ao agressor a possibilidade de matar rapidamente, a distância, com pouca força, esforço ou determinação. Assim, o índice de mortalidade em razão da violência por armas de fogo é desproporcionalmente alta, e as armas de fogo são mais fortemente representadas em homicídios do que em ferimentos não-letais. Do Mianmar à Colômbia, as armas de fogo são tipicamente o instrumento preferido em assassinatos e conflitos armados. Pela mesma razão de as armas de fogo serem mortíferas, são ferramentas poderosas para coagir pessoas e assegurar-se de sua submissão. Assim, as armas de fogo facilitam a apropriação ilícita, seja por policiais corruptos ou em roubos e assaltos.

Em segundo lugar, é importante compreender os efeitos específicos do mau uso de armas de fogo. Algumas abordagens para redução da violência com armas de fogo não se destinam a reduzir a violência global, mas somente o mau uso das armas. Tais métodos incluem o aumento do preço ou a redução da disponibilidade de armas de fogo para jovens e para criminosos e o impedimento do porte e do uso de armas, por meio da ameaça de prisão e de penalidades maiores. A avaliação de regulamentos específicos sobre armas de fogo exige que se focalize como o uso da arma afeta os modelos e os resultados da violência (Ludwig e Cook, 2002A).

Alguns pesquisadores pretendem que as mesmas características que tornam as armas de fogo mais letais nas mãos de agressores predadores podem também torná-las mais eficazes na prevenção ou defesa de uma agressão. Programas que tenham por objetivo reduzir a disponibilidade de armas talvez privem as pessoas de importante meio de autodefesa. Para avaliar-se totalmente uma política que estimule a menor disponibilidade de armas de fogo é preciso levar em conta tais usos mais honestos das armas. No entanto, como mostraram Hemenway e Miller (2000), Killias, Van Kesteren e Rindlisbacher (2001) e o Small Arms Survey (2001;2002) os dados indicam que uma maior incidência de armas tem como resultado um número maior de homicídios, e não uma segurança maior. Mas isso não é tudo. Ainda não está claro se a capacidade de alguns grupos - por exemplo, caçadores e comerciantes em países em desenvolvimento - de sobreviver em lugares perigosos pode aumentar com armas para autodefesa.

Os *efeitos indiretos* da disponibilidade e do mau uso de armas leves pode incluir: um aumento na incidência e na letalidade da criminalidade; o colapso ou o desgaste de serviços sociais; o declínio nas atividades econômicas formais e informais (e potencialmente um aumento das atividades ilegais); a distorção nos investimentos, na poupança e nas receitas fiscais; e a diminuição da coesão e da confiança nas comunidades. A violência relacionada a armas de fogo constitui-se em ameaça grave a muitas intervenções na área econômica, sob a forma de riscos à integridade das equipes de campo e a trabalhadores em horários extensos, assim como os custos ligados ao acesso diminuído a serviços que atendem a população (estes últimos efeitos receberam atenção maior de pesquisas de interesse humanitário, e não serão examinados neste capítulo).<sup>13</sup> Esses indicadores, sem serem exaustivos, proporcionam um primeiro passo para quantificar a que ponto as armas leves colocam em risco o desenvolvimento humano.

As estatísticas relacionadas com armas leves devem ser examinadas com cuidado, especialmente quando se examinam os efeitos indiretos dos ferimentos e a ameaça de violência sobre as pessoas e as famílias. Muitos países em conflito armado ou que estão saindo de guerras não conseguem fornecer dados de registros vitais confiáveis e continuados. Mesmo em países com baixos níveis de violência, os dados relacionados ao mau uso de armas de fogo, inclusive ferimentos letais e não-letais, simplesmente não são informados ou são considerados questões de segurança nacional.<sup>14</sup>

In responding to the threat of fire-arms, people may spend money protecting themselves in ways that undermine human development.



**Tabela 4.1 Os efeitos do mau uso de armas leves sobre o desenvolvimento humano**

	Impactos no desenvolvimento	Indicadores
Efeitos diretos	Ferimentos letais e não-letais	▶ Perda de produtividade Custo do tratamento e da reabilitação Custo financeiro para a família, a comunidade, o município e o país Custos psicológicos e psicossociais
Efeitos Indiretos	Criminalidade armada	▶ Níveis de crimes relatados (homicídios) Índices de criminalidade originados na comunidade Prêmios de seguros Número e tipo de meios de segurança privada
	Acesso e qualidade de serviços de interesse social	▶ Incidência de agressões a trabalhadores na saúde e na educação Incidência de agressões e fechamentos de locais de atendimento - saúde e educação Cobertura do atendimento de vacinação e imunização Expectativa de vida e mortalidade infantil Nível de matrícula nas escolas
	Atividade econômica	▶ Custos de transporte e carregamento Destruição de infra-estrutura física Preços de produtos locais e condições locais de comércio Produtividade agrícola e segurança alimentar
	Investimentos, poupança e coleta de impostos	▶ Tendências de investimentos diretos, locais e estrangeiros Modelos internos de investimentos setoriais Tendências de coleta de impostos em nível nacional Níveis de consumo e poupança locais
	Capital social	▶ Número de crianças soldados engajadas em ação Número de membros de grupos armados e do crime organizado Reincidência de criminalidade armada entre menores Incidência de violência doméstica envolvendo armas de fogo ou a ameaça de armas Respeito por formas consuetudinárias ou tradicionais de autoridade
	Intervenções no desenvolvimento	▶ Incidência de ameaças à segurança Custos logísticos e de transporte Custo da gestão da segurança Custos relacionados com ambiente inseguro e/ou ativos danificados

Quanto a dados sobre produção, estoques e transferências de armas leves, os agentes do poder público mantêm zelosamente sigilo sobre crimes relacionados a armas leves e saúde pública (PRODUTORES, ESTOQUES, TRANSFERÊNCIAS).

Mesmo as estatísticas sobre desenvolvimento humano que não são controvertidas – como alfabetização e mortalidade infantil – podem ser enganosas, especialmente em países em desenvolvimento. As estatísticas utilizadas para analisar e mensurar o desenvolvimento, inclusive “níveis de renda, produção agrícola, comércio exterior, etc., são a tal ponto inadequadas que não fornecem um retrato completo da situação verdadeira, e, em alguns casos, dão uma impressão totalmente errônea” (Brown e Schraub, 1992:200). As estatísticas nacionais são muitas vezes defeituosas em razão da subcomunicação de ocorrências. Kaufman, Kray e Zoido-Lobatón (1999) observam que a subcomunicação nos diversos países tem relação coerente com seu respectivo nível de desenvolvimento: em outras palavras, o nível de desenvolvimento de um país parece ter correlação com a qualidade de suas instituições públicas. Os cidadãos que consideram insuficientes instituições públicas como serviço de saúde e polícia tendem a utilizar menos os serviços dessas instituições, o que torna duvidosos os níveis de informação de ocorrências. O relatório do PNUD (2000) Human Development Report reconhece que “a necessidade de fortalecer a coleta e a informação de dados em nível nacional e internacional não pode ser exagerada.”<sup>15</sup>

## SMALL ARMS SURVEY 2003

### Efeitos diretos

Em muitos países, o mau uso de armas leves é a causa principal de ferimentos fatais e não-fatais.<sup>16</sup> Os dados atuais sinalizam que cerca de 300.000 pessoas são mortas por mau uso de armas leves em conflitos, a cada ano, e outras 200.000 morrem nas assim chamadas “sociedades pacíficas” (Ver também Organização Mundial da Saúde – WHO, 2002; Muggah e Griffiths, 2002). Apesar de ser bem conhecido o fato de mortes e ferimentos em homens serem bem mais numerosos que o de mulheres, os efeitos sanitários do mau uso de armas leves em situações de guerra e de violência social não estão adequadamente quantificados (Murray *et al.*, 2002)<sup>17</sup> Em vez de focalizar os números brutos e a proporção de feridos, esta seção examina como ferimentos intencionalmente provocados por armas de fogo prejudicam o desenvolvimento humano.

Poucas pesquisas foram realizadas sobre as conseqüências a longo prazo para os serviços de atendimento médico de pacientes feridos. Quando as vítimas da violência por armas de fogo não conseguem chegar a um hospital ou receber tratamento emergencial, podem ficar permanentemente deficientes e ter reduzida sua produtividade. As pessoas com deficiência têm custos médicos adicionais e são muitas vezes excluídas dos serviços e atividades da comunidade. Além disso, muitas pessoas com deficiências provocadas por armas de fogo dependem do apoio da família e não podem aumentar sua capacidade de trabalho em resposta à diminuição da renda. Por exemplo, na África do Sul, uma proporção importante de vítimas de ferimentos a bala endividam-se para pagar gastos médicos (Small Arms Survey, 2001:217-18).

Pesquisas realizadas pelo Institute of Community and Public Health, na Universidade Birzeit, nos Territórios Palestinos, mostrou que 13% dos 33.000 ferimentos por bala registrados, sofridos por palestinos durante a al-Aqsa, ou segunda intifada, que começou em 2000, provavelmente se transformarão em deficiência permanente (Ferriman, 2002:320).<sup>18</sup> No entanto, os Territórios Palestinos dispõem de apenas quatro centros para atender a esses feridos, três dos quais na Margem Ocidental, e seus leitos estão lotados. Estudo semelhante realizado por Kobusingye (2002) sobre ferimentos no norte de Uganda revelou que a maioria dos feridos por bala demoram horas, às vezes dias, para alcançar ajuda médica. Mais de 24% de todas as vítimas de balas, segundo pesquisa recente, não recebem tratamento nas primeiras sete horas após o ferimento, e mais de 34% tiveram de esperar dois dias ou nunca chegaram ao ponto de socorro.

Mesmo se a vítima chega a um posto de atendimento médico, o padrão de atendimento é muitas vezes inadequado. Aos meios sanitários em áreas de conflito, apesar de trabalharem bem acima de sua capacidade, muitas vezes falta o material mais rudimentar. Em países subdesenvolvidos com alta incidência de violência com armas de fogo, os trabalhadores da saúde e dos serviços públicos se desmotivam (IPIFA, 2002). A falta crônica de meios hospitalares e acesso limitado dos pobres a esses meios têm por resultado ferimentos infectados e a morte ou deficiência das vítimas.

Health facilities  
in conflict areas  
often lack the most  
rudimentary  
medical supplies.

#### Box 4.4 Os custos da violência por arma de fogo: um sistema contábil

O efeito mais imediato da violência por armas de fogo é o ferimento. Uma base evidente para avaliar a gravidade da violência por armas de fogo é o número de mortos e feridos. A abordagem padrão para transcrever essas estatísticas em dados econômicos é conhecida como método do “custo da doença” (COI ou CD). O CD soma os custos médicos e o valor da vida perdida ou interrompida pela doença ou o ferimento. A prática comum em CD avalia a vida segundo o rendimento perdido e o valor financeiro do trabalho que não é remunerado, mas é inadequado para elaborar um custo abrangente do valor da redução da violência por armas de fogo.

O que é necessário em um contexto custo/benefício é uma estimativa de futuro que leve em conta a ampla gama de conseqüências de um programa de redução da violência por armas de fogo. Assim, a preocupação não é a perda de vidas, mas a ameaça a cada membro da comunidade. Um programa eficaz de redução dessa ameaça será valioso para todos, e pode também reduzir o custo das medidas de segurança. A longo prazo, segurança maior pode permitir maiores investimentos (na medida em que se torna mais fácil defender os direitos de propriedade) e o aumento da ajuda exterior, finalmente incrementando assim o crescimento econômico (Muggah e Batchelor, 2002). Alguns tópicos específicos que devem ser incluídos nesse sistema contábil figuram na Tabela 4.2.

**Box 4.4 Os custos da violência por arma de fogo: um sistema contábil (continued)****Tabela 4.2 Contabilidade do custo econômico do mau uso de armas de fogo**

<b>Ameaça à vida e às pessoas</b>	▶ Valor que as famílias dão à segurança de seus membros Valor da contribuição líquida (impostos e contribuições voluntárias <b>menos</b> serviços públicos utilizados) à comunidade e ao país por vítimas em potencial Custo projetado de tratamento e reabilitação
<b>Defesa preventiva e evitação</b>	▶ Custo para agências e empresas de precaver-se e resguardar-se contra violência com armas de fogo, resultando em preços e impostos mais elevados Valor para as famílias do aumento do número de opções seguras sobre onde e como morar Valor de ambiente seguro para promover o envolvimento comunidade
<b>Desenvolvimento econômico</b>	▶ Redução de investimentos produtivos tanto de origem estrangeira como nacional Diminuição da oferta de serviços e de outros benefícios por parte de doadores

Fonte: Cook e Ludwig (2002a)

Não se pode levantar facilmente estatísticas confiáveis utilizando esse sistema contábil. Os dados originados em registros das administrações e nas transações de mercado têm certa utilidade, como está sugerido na Tabela 4.2, mas cobre somente parte do custo. Em um ano, o custo da violência por armas de fogo para as famílias pode ser definido como aquilo que cada família estaria disposta a pagar para reduzir essa ameaça. A soma dessa "avaliação contingente" (CV) é uma avaliação do benefício dessa redução para a sociedade. Em certas circunstâncias é possível inferir o CV observando como o valor das propriedades reage a mudanças no nível de violência no bairro, ou comparando o valor das propriedades em bairros com níveis diferentes de ameaças. A dificuldade está em atribuir os pesos adequados, já que mudanças nos padrões de violência ocorrem ao mesmo tempo que outras mudanças que afetam o valor das propriedades.

A abordagem mais direta é o levantamento de uma amostragem representativa das famílias. O "survey" de avaliação contingente é tradicional, especialmente no campo da economia ambiental. Mas continua controverso em razão das dúvidas sobre a capacidade dos entrevistados em fornecer respostas significativas a respeito dos temas sobre os quais não haviam refletido antes. Cook e Ludwig (2000B) realizaram uma pesquisa de avaliação contingente nos Estados Unidos, perguntando aos entrevistados sobre sua disposição em votar por um programa de governo hipotético destinado a reduzir os ferimentos por bala em 30% ao custo de determinado aumento em seus impostos. As respostas pareceram plausíveis em alguns testes, inclusive em uma comparação com esforços relativos à estimativa dos custos da criminalidade. Cook e Ludwig concluíram que uma redução de 30% da violência com armas de fogo teria um custo avaliado em US\$ 24 bilhões por ano, apenas nos Estados Unidos.

**Tabela 4.3 Comparação entre custo da doença e disposição para pagar**

<b>Abordagem</b>	<b>Tipos de custos</b>	<b>Exemplos de custos</b>
Abordagem "Custo da doença" (COI) em saúde pública	Custos tangíveis para vítimas de violência por arma de fogo	Despesas médicas Lost productivity
Abordagem econômica "Disposição para pagar"	Custos intangíveis para a sociedade derivados da ameaça de violência Despesas tangíveis para reduzir o risco de ferimentos a bala	Envolvimento com segurança própria e da família Custo de processo e punição de crimes com armas de fogo Detetores de metais Mudança para bairros afastados

Fonte: Cook e Ludwig (2002a)

O método de Avaliação contingente, quando implementado, tende a ser estático. Métodos padrão de avaliação não são bem adequados para fornecer informações relevantes a fim de estimar os efeitos da violência sobre os níveis de crescimento econômico.

Fonte: Cook e Ludwig (2002b)

## SMALL ARMS SURVEY 2003

**Box 4.5 Ferimentos letais e não-letais por tiros em Uganda**

Uma pesquisa executada pelo Injury Prevention Initiative for Africa (IPIFA) em parceria com o Small Arms Survey examinou as consequências de ferimentos por tiros nos sistemas de saúde pública em três países africanos: Uganda, Etiópia e Quênia. A pesquisa baseou-se em dados sobre saúde em hospitais, clínicas e necrotérios para elaborar tendências de ferimentos letais e não-letais em um período de cinco anos. As tabelas 4.4 a 4.6 resumem os dados relativos a Uganda.

**Tabela 4.4 Armas leves e letalidade dos ferimentos na cidade de Kampala - 1998-2001**

Ano	Número total de mortes por armas leves	Número total de mortes em consequência de ferimentos	Número total de mortes por qualquer causa*	Mortes por armas leves como % de mortes por ferimentos	Mortes por armas leves como % de todas mortes
1998**	99	889	1,300	11,1	7,6
1999	137	973	1,316	14,1	10,4
2000	133	873	1,156	15,2	11,5
2001***	181	784	1,488	23,1	12,2
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>3,519</b>	<b>5,260</b>	<b>15,9</b>	<b>12,3</b>

Nota: \* Dados dos necrotérios

\*\* Dados de 1998 cobrem apenas o período março a dezembro

\*\*\* Inclusive dados cobrindo os meses de janeiro e fevereiro de 2002

Fonte: IPIFA (2002)

Os números relativos a Uganda indicam que a incidência de ferimentos fatais na capital, Kampala, está aumentando, mas que os ferimentos não-letais estão diminuindo. Um total de 1.644 casos de ferimentos por tiros foram anotados de quatro hospitais de referência: três em zonas de conflito (Lacor, Sorot e Fort Portal) e um na capital (Mulago). O hospital de Lacor, no norte de Uganda mostrou o número maior de casos, seguido por Mulago (ver tabela 4.5). A proporção homem/mulher em todos os lugares foi de 8:1.

**Tabela 4.5 Entradas relacionadas a armas leves no hospital de Lacor, de janeiro de 1997 a agosto de 2002**

Ano	Entradas por armas leves	Entradas por ferimentos	Entradas por todos motivos	Entradas por armas leves em % de mortos por ferimentos
1997	49	915	15.377	5,4
1998	283	728	15.438	38,9
1999	85	527	17.649	16,1
2000	190	612	17.065	31,0
2001*	65	657	17.471	9,9
<b>Total</b>	<b>672</b>	<b>3,439</b>	<b>83.000</b>	<b>20,37</b>

Nota: Todos os dados provém de fichas de pacientes.

\* Inclusive dados de 2002, cobrindo janeiro e fevereiro.

Fonte: IPIFA (2002)

A maioria das ocorrências (de um total de 1.569) ocorreu na frente de guerra no norte de Uganda (28,6%) seguido de vias públicas e rodovias (17,1%) e em casa (16,6%). Mais de 78,4% dos casos relatados foram intencionais, com quase 99% destes registrados como agressões. É alarmante constatar que 83,5% dos ferimentos por armas pequenas e leves foram atribuídos a fuzis, seguidos

**Box 4.5 Ferimentos letais e não-letais por tiros em Uganda (continued)**

de artilharia e granadas (8,7%), minas terrestres (3,8%) e pistolas (1,5%). Foi necessária intervenção cirúrgica em mais de 90% dos casos relatados. Enquanto 34% das vítimas não exigiam cuidados intensivos, 56% ficaram um só dia no hospital, e 6,4% receberam cuidados entre dois e quatro dias.

**Tabela 4.6 Em busca de refúgio**

Lugar da ocorrência	Frequência	Porcentagem
Lar	260	16,6
Escola	10	0,6
Via pública/rodovias	268	17,1
Frente de guerra	448	28,6
Espaço público	116	7,4
Campo de refugiados	44	2,8
Desconhecido	349	22,2
Outros	74	4,7
<b>Total number of incidents</b>	<b>1.569</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPIFA (2002)

A economia da saúde, (inclusive avaliação custo/eficácia, custo/utilidade e custo/benefício) fornece um ponto de entrada útil para mensurar os efeitos diretos do uso de armas leves sobre o desenvolvimento sustentável humano. Muitos a consideram insensível por aplicar uma análise custo/benefício para avaliar estratégias de redução da violência. Mas, apesar da redução de ferimentos por balas liberar recursos médicos, não se pode determinar valores financeiros se não se atribuir um valor monetário à vida e ao sofrimento humanos. Alguns críticos afirmam que é moralmente indefensável dar um preço à vida e ao sofrimento das pessoas. Outros, mais pragmáticos, argumentam que muitos dos assim chamados custos da violência por armas leves são difíceis de quantificar pois, em sociedades nas quais existe abundância de mão-de-obra e baixos salários, os custos da produtividade perdida são marginais. Como mostra o item 4.4, a avaliação contingente pode proporcionar uma abordagem mais rica para estimar o custo perceptível da violência relacionada a armas leves.

Em resposta à crítica sobre abordagem custo/benefício, os economistas lembram que, em qualquer ambiente em que os recursos são escassos, aplicar recursos para um determinado fim significa desviá-los de outra aplicação. Em outras palavras, os esforços para reduzir a violência com armas de fogo talvez prejudique outros programas que ajudam no desenvolvimento, como melhoria nutricional, educação, direitos humanos, emprego, transporte ou infra-estrutura legal. Então, uma análise econômica da violência com armas de fogo é fonte importante de orientação para decidir sobre aplicação de verbas. Apesar de os países em desenvolvimento não terem estimativa do custo econômico da disponibilidade e mau uso de armas de fogo, pesquisas recentes na América do Norte e na Colômbia, assim como projetos empreendidos pelo Small Arms Survey, aliado ao Injury Prevention Initiative for Africa (IPIFA) e à Organização Mundial da Saúde estão coletando dados sobre o tema (Ver item 4.5).<sup>19</sup>

Efforts to reduce fire-arms violence may harm other programmes contributing towards development.

## SMALL ARMS SURVEY 2003

## Indirect effects



"Chega de AK47", pintado em parede by the women of a village no Quênia.

© Robert Muggah

Ao contrário dos ferimentos, letais ou não, os efeitos indiretos da disponibilidade e mau uso de armas leves muitas vezes passam despercebidos. Os efeitos indiretos são também difíceis de serem desagregados porque muitas vezes estão interrelacionados com outros fatores. Por exemplo, os crimes com armas de fogo em comunidades rurais pode aumentar o custo de atividades produtivas, os padrões de consumo de lares isolados e provocar insegurança alimentar. A escassez de alimentos pode então contribuir para a violência doméstica e comunitária. Do mesmo modo, mortes relacionadas a armas de fogo e intimidação com armas pode levar a mudanças forçadas de domicílio, o que, por sua vez, assola prestadores de serviços em regiões de habitação temporária. A desigualdade de acesso a serviços básicos pode provocar conflitos entre comunidades deslocadas e comunidades hospedeiras. Tensões comunitárias deste tipo têm conduzido, em vários casos divulgados (sem mencionar os casos numerosos que não são relatados), ao uso excessivo da força pela polícia e pelas forças de segurança pública.

Esta seção examina os efeitos indiretos do mau uso de armas leves segundo seis categorias ligadas ao desenvolvimento: criminalidade armada, existência de serviços sociais, atividade econômica, investimento, poupança, coleta de impostos, capital social e

intervenção no desenvolvimento. Apesar de os efeitos serem interrelacionados, é útil analiticamente tratá-los separadamente.

**Criminalidade armada**

A criminalidade armada é uma preocupação global. Estima-se que roubos à mão armada e outros índices de criminalidade em países desenvolvidos tenham aumentado intensamente desde o fim dos anos 60 (ver, por exemplo, o International Centre for the Prevention of Crime, 1998, pg.5). Ainda que – em grande parte – em razão do progresso dos procedimentos de informação, a taxa de homicídios intencionais aumentou em 50% entre 1980 e 1990 na América Latina e na África, e mais de 100% na Europa Oriental e na Ásia Central (Fajnylber, Lederman e Loayza, 1998:11-15; Soto e Uribe, 2001). Pesquisas realizadas na América Latina em 1996 concluíram que a criminalidade é o principal problema social e econômico da região.<sup>20</sup> O fenômeno não está confinado a países em desenvolvimento. Mas qual é o papel das armas leves nessa onda global da criminalidade?

Apesar de freqüentemente se pressupor a priori uma relação entre armas leves, seu mau uso, e níveis de criminalidade armada, as perspectivas diferem sobre a possibilidade de acesso fácil às armas aumentar ou diminuir a criminalidade. Um ponto de vista assegura que a posse de armas leves serve de dissuasão, conduzindo a uma maior segurança pessoal e à diminuição da criminalidade interpessoal (Kleck e Gertz, 1995; Lott e Mustard, 1997). Os defensores dessa opinião afirmam que a posse de armas leves, em circunstâncias controladas, serve de micro-dissuasão contra possíveis criminosos. O outro ponto de vista assegura que a disponibilidade, posse e a portabilidade das armas leves estão ligadas a uma maior incidência de mortes violentas (como homicídios, suicídios e mortes não-intencionais), de violência interpessoal, de intimidação e de criminalidade (Cook, Moore e Braga, 2001). Conseqüentemente, mais armas de fogo igual a mais crimes violentos. Mais especificamente, mudanças na propriedade de armas de fogo têm estreita relação com mudanças na taxa de homicídios.<sup>21</sup>

Firearms-related crime in rural communities can increase the costs of producing subsistence food and generate food insecurity.

## DESENVOLVIMENTO

Apesar de interpretações conflitantes sobre o que impele a criminalidade armada em países em desenvolvimento, policy makers e políticos começam a concordar em que o subemprego e o desemprego, sistemas legais e jurídicos fracos e uma desigualdade crescente podem obrigar as pessoas, particularmente homens jovens, a usar armas.<sup>22</sup> Por exemplo, líderes caribenhos afirmam que entre as causas da criminalidade armada figuram a "pobreza, a desigualdade e a marginalização social" e são "alimentadas por armas de fogo e munições ilegais, tráfico de drogas e corrupção" (James, 2002). Estudos focalizando a pobreza e homicídios em setores urbanos do Brasil também indicam que: "municípios com renda alta tendem a apresentar taxas de homicídios mais baixas do que aqueles com proporção mais alta da população abaixo da linha de pobreza" (Careina, 2000:119). Em São Paulo, no início dos anos 90, por exemplo, a taxa de homicídios com armas de fogo para adolescentes do sexo masculino em bairros pobres era 11 vezes mais elevada do que nos bairros mais ricos (Reis Velloso e Albuquerque, 2000). Nos Estados Unidos os pobres também parecem mais provavelmente ser vítimas de crimes violentos do que os ricos (PNUD, 2002:88-89). A questão da pobreza como variável explicativa é menos clara na Colômbia (Levitt e Rubio, 2000).

**Box 4.6 A pobreza e os homicídios por armas de fogo têm uma ligação?**

As pessoas muitas vezes pressupõem que a pobreza e a criminalidade armada (especialmente homicídios com armas de fogo) estão ligados, apesar de poucos estudos referendarem essa alegação.<sup>23</sup> Nas ocasiões em que as pesquisas identificaram uma relação, a correlação depende de como são definidas as variáveis dependentes e independentes. Deve a pobreza (variável independente) ser medida como função da renda (p.ex. US\$ 1-2 por dia), a desigualdade de renda (a disparidade entre os grupos de renda mais elevada e de renda mais baixa, ou Gini) ou como índice composto com indicadores de alfabetização e saúde e renda per capita (p.ex. IDH)? Por outro lado, a criminalidade (variável dependente) deve ser medida pelo número de homicídios intencionais, roubos à mão armada, estupros, seqüestros, ou pelo número de prisões e processos?

No Anexo 4.1, são comparados três diferentes indicadores de pobreza com índices de homicídios por arma de fogo. Apesar de a amostra ser pequena demais para uma análise estatística significativa, parece existir uma relação superficial entre pobreza e homicídios relacionados a armas de fogo. Os números são apenas ilustrativos; novas pesquisas tornam-se necessárias.

Se as causas da criminalidade armada podem ser discutidas, existe amplo consenso sobre seus efeitos. Esses efeitos atingem ampla gama e afetam a qualidade de vida dos cidadãos, os custos dos bens e serviços, o valor das propriedades e os ganhos em eficiência de produtividade, investimentos e turismo. Segundo James (2002) "quando as conversas nas salas da diretoria em todo o Caribe envolvem a criminalidade, as preocupações (...) têm tanto a ver com a sobrevivência das empresas como com a segurança pessoal". Os países da região "costumavam ser seguros, a salvo da violência (...) mas agora estão expostos a uma série de ameaças. Acontece de pequenos grupos aterrorizarem toda uma população". Os chefes de polícia na região acreditam que isso deriva "do tráfico de drogas e de armas de fogo que sustentam grande parte da criminalidade".<sup>24</sup>

As estatísticas nacionais sobre criminalidade são reconhecidamente não-confiáveis. Os dados criminais publicados pela Interpol, o PNUD, o Instituto das Nações Unidas de Pesquisa sobre Criminalidade (UNICRI) e o Depto. das Nações Unidas de Controle e Prevenção da Criminalidade não são comparáveis. Ministérios diferentes dentro de cada governo também produzem dados anuais divergentes sobre crimes registrados. Os números de crimes registrados da Interpol mostram constatações muito paradoxais (Ver Anexo 4.2).<sup>25</sup> As estatísticas nacionais agregadas são decepcionantes porque proporcionam apenas uma compreensão parcial das dinâmicas complexas da criminalidade e do mau uso de armas leves. A comparação entre índices de criminalidade nacionais e municipais é mais reveladora. Por exemplo, na América Latina e no Caribe, homens jovens entre 15 e 25 anos formam a faixa mais vulnerável a homicídios

## SMALL ARMS SURVEY 2003

Tabela 4.7 Comparação entre homicídios e desemprego em alguns países e cidades da América Latina

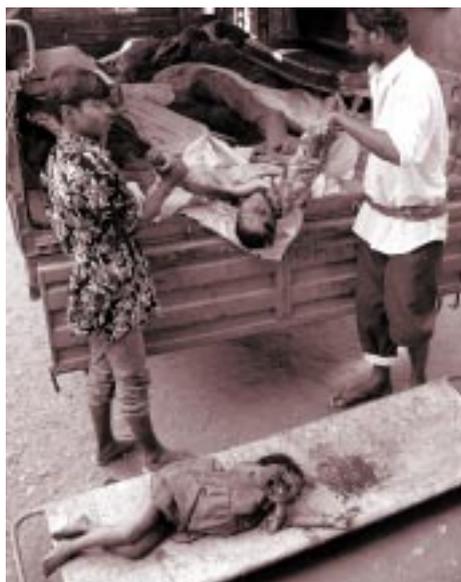
Cidade	País	Índice nacional de desemprego entre homens	Índice da cidade por 100.000	Índice nacional por 100.000
Medellin	Colômbia	18,8*	248	70,92
Cidade Guatemala	Guatemala	5,2**	101,5	30,2
San Salvador	El Salvador	8,7*	95,4	8,9
Caracas	Venezuela	10,3**	76	15,7
São Paulo	Brasil	5,3*	55,8	29,17
Lima	Peru	7,5**	25	11,5
México*	México	5,5*	19,6	17,2
Santiago	Chile	4,4*	8	2,9
Buenos Aires	Argentina	16,5*	6,4	3,8

Nota: \*1995. \*\*1998.

Fontes: Ayers (1998); Carneiro (2000); ILO (2001); Godnick (2002); Muggah e Batchelor (2002); ONU (1998A); ONU Div. Estatística (2001).

relacionados com armas de fogo e com ferimentos não-fatais. Acredita-se que o desemprego tenha um papel central nessas perdas. Estudos realizados em cidades dos Estados Unidos confirmam que as regiões com alto nível de desemprego tendem a mostrar índices mais elevados de criminalidade (Freeman, 1995) (Ver Tabela 4.7)

A criminalidade armada é especialmente virulenta em sociedades que estão emergindo de conflitos e nas quais as armas leves são amplamente disponíveis. Segundo relatos na mídia, a capital do Camboja, Phnom Penh, sofre um índice de roubos a mão armada quatro vezes mais alto do que Bangcoc, sendo considerada uma das capitais mais perigosas do Sudeste Asiático. Recente pesquisa entre 783 famílias em Phnom Penh revelou que mais de 60% dos entrevistados havia sido roubado no ano anterior, em geral por grupos armados.<sup>26</sup> Estudos recentes em Mindanao, nas Filipinas, mostraram que mais de 85% das mortes por causas externas em 2000 eram atribuíveis a ferimentos por armas leves. O mesmo relatório estima que 78% de todas as mortes violentas e ferimentos resultantes de atos criminosos foram cometidos com armas automáticas e portáteis de tipo militar e (Oxfam-GB, 2001B). Mesmo no Sudão,



Crianças mortas, na violência separatista do norte da Índia.

assolado pela guerra civil desde 1984, a criminalidade armada é facilitada pela abundância de armas de tipo militar. O ministro do interior observou que a disseminação de armas fora do controle das forças "regulares" conduziu à deterioração da segurança nos estados da grande Darfur no Sudão Ocidental (Al-Ra'y al-Am, 2001).<sup>27</sup>

Em países com uma história de violência conduzida pelo estado, armas curtas são muitas vezes as armas predominantes usadas em atos de terrorismo, seja execuções, massacres, intimidação armada, desaparecimentos ou seqüestros. Na África do Sul, por exemplo, a violência criminosa é em parte alimentada por armamento retornando ao país e vindo de Moçambique, de Angola ou da Namíbia. Originalmente essas armas haviam sido fornecidas pela Força de Defesa da África do Sul, (SADF), pela polícia sul africana e pela indústria

de armamentos durante os anos 70 e 80 (Cock, 1998). Na Colômbia, a utilização de armas leves em atos criminosos ou na violência política tem impacto a longo prazo nas percepções civis sobre segurança e legitimidade da área de segurança, e sobre a participação de civis na democracia (Muggah e Berman, 2001). Segundo o Centro de Investigación Nacional Popular (CINEP), da Colômbia, em 1999 ocorreram mais de 1.000 massacres, mais de 300 desaparecimentos forçados registrados e quase 3.000 casos de tomadas de reféns.<sup>28</sup>

#### Box 4.7 A criminalidade armada no norte da Nigéria: Perigo claro e atual?

Acredita-se que a Nigéria sofra de notória cultura da arma de fogo e de criminalidade endêmica, apesar de haver poucas provas empíricas em apoio a essa afirmação. Lagos, o maior centro urbano, tem a reputação de criminalidade agressiva, mas se conhece menos de outras regiões. Um estudo encomendado pelo Small Arms Survey esclarece um pouco essa diferença. Para fins de comparação, o trabalho de campo foi realizado no estado situado mais ao norte da Nigéria, o Kaduna. Apesar de serem preliminares, os dados indicam que o uso de armas de fogo não é tão comum como se pensava inicialmente.

O estudo confirma que áreas urbanas registram marginalmente taxas mais elevadas de crimes relacionados a armas de fogo do que as regiões rurais. A pesquisa também revela disparidade entre taxas de criminalidade armada percebida e registrada. Por exemplo, em regiões metropolitanas, os fatos criminosos registrados aumentaram de 1.956, em 1997, para 2.627, em 2001, numa população estimada em 815.000 habitantes. Em 2001, apenas 3,7% de todos os registros se referiam a roubo à mão armada, 4,1% a estupro e menos de 1% a homicídio com arma de fogo. Mas a criminalidade com armas de fogo está crescendo. Os números mais recentes indicam que a taxa de homicídios com arma de fogo aumentou mais de 130% em 1999-2000, alcançando 3,19 por 100.000. Nas áreas rurais pesquisadas, os crimes registrados eram em número menor. Roubos à mão armada e homicídios com armas de fogo são considerados extremamente raros pela polícia, e os médicos de um hospital de área rural declararam que não sabiam de um só caso de ferimento a bala desde 1997.<sup>29</sup>

Apesar dos níveis reduzidos de crimes por arma de fogo relatados, as autoridades reagiram dramaticamente. Uma das respostas dos governos federal e estaduais ao que viam como uma “onda de criminalidade” foi um forte aumento do poder de fogo da polícia. Fuzis automáticos foram comprados na Índia e o exército nigeriano transferiu fuzis G3 para a polícia. A despeito dessas medidas, os nigerianos do norte ainda estão amedrontados. Segundo uma pesquisa de vitimização, entre 50 e 60% dos entrevistados urbanos e rurais investem em segurança particular. Com mais de 20 empresas de segurança particular registradas na cidade de Kaduna, o número total de clientes cresceu de 96, em 1997, para 295, em 2002, e o número de guardas, de 191 para 550, no mesmo período. Aqueles que não podem pagar segurança privada contratam grupos de guardas não registrados. Por exemplo, o Capítulo de Kaduna dos Grupos de Vigilantes da Nigéria tem 30 agências na cidade de Kaduna, proporcionando “serviços de proteção” a mais de 4.300 residências. Como poucas empresas de segurança trabalham em áreas rurais, os grupos de vigilantes são menos comuns.

Fonte: Ebo (2002)

A insegurança civil em muitos países tem estimulado a rápida privatização da segurança, tanto para ricos como para pobres. Do Brasil à Nigéria, os moradores abastados investem em alarmes sofisticados, guardas de segurança e outras formas de policiamento privado para fortificar suas propriedades e proteger-se. Muitas comunidades pobres também desenvolveram respostas coletivas à insegurança. Mas, do ponto de vista econômico, o dinheiro gasto em segurança privada é desviado de atividades produtivas ou que aumentam a produtividade. Despesas improdutivas drenam a poupança das famílias (e das empresas) resultando em menos recursos disponíveis para investimentos.

Os custos da segurança privada para os negócios, inclusive órgãos de governo, alcançaram níveis alarmantes.<sup>30</sup> Em muitos países, o custo e a dimensão da indústria de segurança privada excede os gastos do país em valor e em número de policiais. Em países nos quais a segurança interna é solapada pela violência armada, como na Colômbia, no Quênia ou na Indonésia, os governos têm propositalmente armado civis (“paramilitares” ou “milícias”) para compensar a falta de segurança pública. Mas tais iniciativas são muitas vezes contraproducentes. As armas leves fornecidas para garantir segurança logo aparecem no crime e no banditismo, servindo afinal para exacerbar a pobreza e minar o desenvolvimento humano (Misol, 2002; Muggah e Berman, 2001).



### SMALL ARMS SURVEY 2003

Quando os governos são incapazes de garantir a segurança do povo em regiões subdesenvolvidas inundadas de armas leves, os empregados em segurança privada ignoram o domínio da lei. Pesquisas participativas realizadas no Camboja, na Indonésia, nas Filipinas e na Tailândia mostram que o acesso fácil a armas leves pode conduzir à corrupção em órgãos de segurança, públicos e privados, minando a confiança da comunidade nas autoridades locais.<sup>31</sup> A polícia e as forças de segurança enfrentam baixos salários, treinamento insuficiente e gestão corrupta. Essas desigualdades econômicas e sociais se traduzem em fortes desigualdades na segurança pessoal.

#### Box 4.8 A privatização da segurança em Camarões

Durante a última década, estima-se que Camarões tenha passado por uma escalada na criminalidade relacionada a armas de fogo, especialmente em Duala e laundé. Uma pesquisa comparativa foi encomendada pelo Small Arms Survey para estabelecer a relação entre disponibilidade de armas leves e criminalidade na cidade de Duala (1.800.000 habitantes) e em regiões rurais no norte do país.

A pesquisa demonstrou que a criminalidade relacionada com armas de fogo em Duala compreende assaltos e roubos.<sup>32</sup> A criminalidade no norte consiste principalmente em assaltante de estrada (*coupeurs de route*), e envolve armas de uso militar como AK-47 e AR-15. A gendarmerie e a polícia em Duala e no norte também são responsáveis por uma alta incidência de violência e de criminalidade relacionadas com armas de fogo.

Ocorreram reações tanto públicas como privadas ao problema da criminalidade armada. Em razão da falta de policiamento na capital (apenas 925 agentes de polícia, quando se estima que seriam necessários de 5.000 a 6.000), o número de empresas de segurança cresceu vertiginosamente desde os anos 80. Mais de 180 empresas particulares de segurança empregam cerca de 15.000 pessoas. Como na Nigéria, a maioria dos civis recorre a grupos de "vigilantes", já que não podem pagar a segurança particular.

Fonte: Atanga (2002)

#### Serviços sociais em decadência

Em muitos países em desenvolvimento, serviços básicos como saúde e educação, já superexigidos, ficam atolados pela ameaça e o mau de armas de fogo. No entanto, esses serviços participam integralmente do desenvolvimento humano. Os efeitos indiretos do mau uso de armas leves sobre os serviços de interesse social podem ser medidos pela simples contagem do número de escolas e postos de saúde fechados ou temporariamente parados como resultado da violência armada, pelo custo de medidas de segurança preventivas em repartições públicas, pela exposição de trabalhadores da saúde, professores e alunos a agressões armadas, pelo acesso de pacientes a serviços de saúde, pela presença de alunos no ensino primário e secundário, e pela observação da qualidade e da continuidade dos serviços básicos (em áreas atingidas e não-atingidas).

Nos conflitos armados, combatentes e delinquentes em busca de veículos, utensílios médicos, mão-de-obra, recrutados e recursos muitas vezes tomam por alvo deliberadamente serviços sociais. (Muggah e Griffiths, 2002). Os efeitos do fechamento de pontos de atendimento em saúde e educação são desastrosos. Em toda África ao sul do Saara, governos e agências internacionais reduziram a distribuição emergencial de víveres e de material de saúde por medo de ataques armados. Ações de imunização e vacinação foram reduzidas e autoridades foram obrigadas a cortar serviços de alcance vital, como programas veterinários e manutenção de poços (CGIAR, 1999). Tal erosão da infra-estrutura básica para os pobres de regiões rurais mostra que o desenvolvimento é dificultado pela disponibilidade de armas.

Também parece existir uma forte correlação entre regiões que têm altos índices de violência armada (medida pelo número de homicídios, assaltos e roubos), a deterioração de serviços públicos e regiões com taxas proporcionalmente mais altas de mortes por causas não-violentas. Variações extremas podem ocorrer no interior de países e mesmo entre comunidades e residências. Por exemplo, a educação tem baixa prioridade em períodos de conflito armado, e os indicadores

In armed conflict, combatants and bandits searching for vehicles, medical utensils, labour, recruits, and resources often deliberately target social services.



**DESENVOLVIMENTO**

muitas vezes mostram um declínio marcante no acesso e na qualidade dos serviços educacionais à medida que aumenta a intensidade da violência. Ainda que a frequência de crianças e jovens seja afetada por fatores históricos, econômicos e culturais,<sup>33</sup> os conflitos armados e a violência reduzem ainda mais os índices de frequência, de participação e de conclusão de curso, assim como o número de docentes disponíveis.<sup>34</sup>

Pesquisas demonstraram como a matrícula em escolas primárias, secundárias, profissionais e supletivas em algumas regiões do Afeganistão, da Colômbia, Moçambique, Nicarágua, Serra Leoa, Sudão e Uganda diminuem em períodos de conflito armado intenso, para voltar a subir quando a violência “acaba” (Luckham et al., 2001, Stewart e Fitzgerald, 2000).<sup>35</sup> As escolas têm atraído a violência, por exemplo, no Camboja e na Etiópia, quando as crianças chegam a ser recrutadas à força ou agredidas na escola (Muggah e Batchelor, 2002).

As crianças expostas à violência relacionada com armas de fogo têm baixo aproveitamento escolar (Morrison e Orlando, 1999). Os casos da Albânia e da República Democrática do Congo (RDC) são esclarecedores. Na Albânia, os níveis de matrícula pré-escolar caíram fortemente após a crise financeira de 1997, passando de 59%, em 1990, para 37% a 39%, em 1999. Os índices de matrícula no primário e no secundário também desabaram para um valor por volta de 18% no mesmo período (ver, por exemplo, PNUD – UNDP, 2000). Recentes pesquisas sobre vitimização na Albânia e no Kosovo (Ver, por exemplo, o Women’s Commission for Refugee Women and Children, 1999), quando adolescentes se queixavam da violência armada (inclusive violência sexual) tornada possível pela abundância de armas depois dos conflitos armados.

A situação é mais desconcertante em países ainda afetados pelo conflito generalizado. No Congo (RDC), as próprias estatísticas do Ministério da Educação mostram que somente um terço das crianças congoleesas entre 5 e 14 anos não estavam na escola em 1999-2000. Os números em regiões afetadas pelas armas são especialmente reveladores; no Kivu Norte, em 1995-1996, mais de 68% não estavam na escola. O recrutamento de adolescentes na ponta do fuzil reduziu o número de crianças nas escolas (Les et al., 2001). Avaliação recente em Djugu indica que confrontos armados resultaram na destruição de 211 das 228 escolas desde 1999, e que mais de 60% dos alunos (de 39.600 para 10.620) e professores (1.7771 para 701) deixaram a escola.

Em outros países, não afetados diretamente por conflitos armados, alunos e instalações escolares sofreram como resultado da insegurança armada. Das Filipinas e do Camboja ao Quênia e à Nigéria, a violência nas escolas é comum onde abundam as armas entre os alunos. (Ebo, 2002; Natang, 2002; Sabala, 2002). Existem custos a longo prazo vinculados à impossibilidade de as crianças, especialmente as meninas, frequentarem a escola. Uma avaliação do Banco Mundial (1996) sobre a pobreza na Jamaica revela que 30% das meninas entrevistadas declararam que tinham medo de ir à escola por causa da ameaça da criminalidade relacionada com armas de fogo. Mesmo quando as crianças podiam frequentar a escola apesar da violência, existiam efeitos persistentes sobre a qualidade do ensino.<sup>36</sup>

No Quênia, algumas escolas e postos de saúde no interior e no norte foram abandonadas. A despeito dos incentivos para atrair professores e médicos para essas regiões, a contínua insegurança, as prevenções tradicionais e econômicas, a corrupção e recursos insuficientes reduziram seu número. Ataques armados repetidos a escolas, postos de saúde e comunidades sedentárias e pastoris atingiram os níveis de alfabetização e prejudicaram as matrículas escolares e os indicadores de saúde, que estão entre os mais baixos do país. Segundo um funcionário do Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância), na cidade fronteiriça de Lokichokkio, a noroeste, incursões entre tribos são especialmente ameaçadoras: “Em uma incursão dos Toposo contra os Turkenese, uma escola primária foi atacada e morreram dez alunos. Mandaram que entrassem num buraco no chão sendo logo fuzilados, e o buraco imediatamente tapado” (Muggah e Berman, 2001). Tais ocorrências têm aumentado em frequência e em letalidade desde a chegada das armas automáticas.

**SMALL ARMS SURVEY 2003****As atividades econômicas em colapso**

A disponibilidade e a utilização de armas leves pode ter conseqüências destrutivas para as atividades econômicas formais e informais, das empresas multinacionais aos pequenos comerciantes das cidades e do campo. Os efeitos das armas leves na atividade econômica podem ser medidos pelos indicadores primários, inclusive custo mais elevado do transporte e deterioração da infra-estrutura física durante conflitos armados, assim como por indicadores secundários, inclusive o preço local das mercadorias, as condições declinantes do comércio e da produtividade agrícola, e a redução do consumo de alimentos. Mas a relação entre violência devida a armas de fogo e desenvolvimento econômico não foi enfocada nos principais relatórios sobre desenvolvimento, como o da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2002B), *Trade and Development Report*, do Fundo Internacional para Agricultura e Desenvolvimento (IFAI), *Rural Poverty Report*, ou do Banco Mundial (2002), *World Development Report*.<sup>37</sup>

A simples ameaça de armas leves pode distorcer os mecanismos de comércio, influenciar o custo das transações comerciais e perturbar os modelos de produção e consumo. As variações na renda e no consumo podem ocorrer por uma série de razões, como choques em nível macro indo da taxaço até a guerra. Nos países nos quais a atividade econômica está centrada na agricultura e no comércio informal, como é o caso de muitos lugares do mundo em desenvolvimento, a disponibilidade em armas leves representa um choque importante que pode influenciar a segurança alimentar dos pobres. Por exemplo, recente avaliação sobre o desenvolvimento humano em Niger mostra que a disponibilidade em armas afeta de modo significativo a pecuária e a produção de óleo de palma (UNDP, 1999).

A destruição ou deterioração da infra-estrutura física (isto é, estradas, portos, fábricas e investimentos de capital fixo), que resulta de ataques com morteiros e com artilharia e do fogo de armas automáticas, pode ter impacto importante no conjunto da atividade econômica. O custo da reconstrução de infra-estrutura danificada diminui recursos que poderiam ser investidos em serviços de interesse social e no desenvolvimento humano. Muitos atores do desenvolvimento estão ativamente engajados no financiamento e na implementação da reconstrução da infra-estrutura física.<sup>38</sup>

O comércio se torna mais difícil em situações agitadas pela violência com armas de fogo. Todo comércio exige regras (formais ou informais), e quando essas regras não são legitimamente aplicadas, as transações podem desagregar-se em violência social. Quando armas leves estão amplamente disponíveis e as regras formais em colapso (ou são reelaboradas para se obter lucros maiores), a confiança que torna possíveis as transações desaparece. Quando os riscos divididos e a comunicação entre nas famílias, urbanas e rurais, se deteriora, o comércio local entra em colapso e as comunidades se enredam em baixas rendas. Na guerra, esses efeitos podem ser tão extremados que as regras são aplicadas totalmente por meios informais. Em tal ambiente, as condições do comércio são basicamente reformuladas no interesse de pequena minoria com direitos adquiridos, dirigidos por criminosos e senhores da guerra (Ross, 2002; Reno, 2002).

Bloqueios de estradas, pirataria, ataques a comboios e banditismo podem erodir a confiança de compradores e vendedores nas redes de transporte e nos mercados. Na região dos Grandes Lagos, na África, por exemplo, a violência diminuiu a atividade comercial ao longo do rio Congo, rede básica de transporte nos últimos cinco anos.<sup>39</sup> A escassez desestabiliza os preços, e o parco comércio que continua se torna imprevisível. Não só a insegurança armada impede os produtores rurais de vender seus produtos nos mercados abertos, como também os impede de receber suprimentos vitais, como fertilizantes e sementes. O banditismo armado consegue prejudicar o produto das colheitas e seu transporte aos mercados, forçando assim os produtores a abandonar os produtos. Se isso se repete em larga escala, os investimentos locais declinam, corrói-se a confiança do investidor estrangeiro e pode diminuir o fluxo da cooperação internacional.

Scarcity  
destabilizes prices  
and the meagre trade  
of that persists  
becomes  
unpredictable.

## DESENVOLVIMENTO



Soldados rebeldes fiscalizam os pertences dos refugiados de volta a Brazzaville.

© Associated Press/David Guttenfelder

A violência armada pode também atingir a produção de alimentos, e pode demorar anos até que os campos se recuperem do alqueive. Do mesmo modo que as minas antipessoais, herança da disponibilidade de armas leves pode solapar a disposição da comunidade engajar-se na cultura de subsistência ou a intenção das empresas de investir na agricultura ou em outras atividades produtivas. Em Serra Leoa, por exemplo, o PIB do país ruiu com o declínio do valor adicionado na agricultura e na indústria (World Bank, 2002b). A proporção do valor dos produtos agrícolas no PIB de Angola diminuiu de um pico de 23% para uma média de 6% nos oito anos seguintes. Durante a guerra civil em Moçambique, as exportações da agroindústria sofreram forte declínio, caindo em volume mais de 20% entre 1982 e 1992 (Gouffie e Neyapti, 1999).

Entre os grupos pastoris e sedentários, armas de grosso calibre podem afetar negativamente a produção pecuária, o valor do gado e a possibilidade de acesso a alimentos e mercadorias. O roubo de gado dos criadores em grande escala, em toda a África Oriental, tem sido bem documentado.<sup>40</sup> Enquanto a culpa do roubo de gado em grande escala pode ser da comercialização e da monopolização, os confrontos armados estão diminuindo as futuras gerações de gado (e de criadores). Por causa da seca recorrente, das incursões mortíferas e da má gestão da terra, o gado diminuiu em quantidade e em qualidade. Os criadores então recorrem à “venda em pânico” do seu gado e a práticas ambientais insustentáveis que provocam tensões sobre recursos de propriedade comum. O fenômeno também foi observado no Congo-Brazzaville, na RDC e em Uganda, onde os pequenos proprietários e os pobres das regiões rurais têm recorrido à caça (inclusive de gorilas) com armas automáticas abandonadas para completar sua dieta e seu orçamento (ver Demetriou, Muggah e Biddle, 2002).<sup>41</sup>



### SMALL ARMS SURVEY 2003

#### Investimentos, poupança e arrecadação

Segundo o Banco Mundial (2001a), os países afetados pela violência social e conflitos armados generalizados, sofrem de maneira desproporcional de crescimento negativo e da deterioração massiva de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).<sup>42</sup> Os custos da violência armada em oportunidades perdidas para o país afetado e a região circundante, em termos de investimentos econômicos e sociais não realizados, são vultosos. Por exemplo, em pesquisa com 69 empresas, realizada pelo World Development Report (World Bank, 2001c), a insegurança e a violência figuravam entre os maiores riscos a enfrentar pelos investidores.

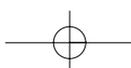
Those countries affected by endemic small arms-related violence are often excluded from investment and assistance.

Esses países afetados pela violência endêmica relacionada com armas leves são muitas vezes excluídos das opções de investimento e de assistência. Mais da metade dos IED canalizados para a África ao sul do Saara na década passada concentrou-se em apenas oito países. Apenas 10% distribuíram-se entre os 40 demais países. A assistência ao desenvolvimento exterior (ODA) dirigida à região também diminuiu, de US\$ 17,9 bilhões em 1992, para US\$ 10,8 bilhões em 1999.<sup>43</sup> Apesar de existirem muitas razões para o encolhimento da ajuda e dos IED, as armas leves têm um papel importante (ver item 4.9).

A percepção de que alguns países sofrem com o mau uso de armas leves tem resultado em modelos de investimento segmentados. Exceto uma minoria de indústrias de produção intensiva de extração, poucos investidores estrangeiros aceitam investir em ativos fixos de produção e em capital físico quando as armas estão abertamente brandidas. Infra-estrutura física, estradas, instalações públicas e equipamentos como geradores de força muitas vezes são destruídos. A criminalidade tem efeito negativo no clima para investimentos. Alguns países e instituições afirmaram recentemente que o conflito armado e a violência social perpetrados com armas leves estavam entre os maiores obstáculos a investimentos e ao turismo.

Na Colômbia, por exemplo, a medida de funções de investimento comparada com índices de posse de armas de fogo, homicídios e seqüestros mostra um impacto que alcança 40% (Para, 1997). Exceto quando há forte possibilidade de extração de bens (por exemplo, petróleo, diamantes, madeira), o investimento estrangeiro em ambientes saturados de armas permite horizontes estreitos para investimentos. A atividade comercial busca um retorno rápido e deseja minimizar o risco quando possível.<sup>44</sup> Em alguns casos, mesmo essas indústrias extrativas são fonte de conflito armado ou produzem lucros para sustentar a violência armada (Collier, 2000; Keen, 2001; Ross, 2002). Como observa o Banco Mundial (World Bank 2003:155), o “acesso possível aos lucros dos empreendimentos torna mais fácil que exércitos privados ou senhores da guerra comprem armas, contribuindo para a existência de conflitos civis (...) grupos rebeldes pagam por armas e outras formas de apoio com “perspectiva de butim futuro”, trocando concessões diamantíferas por serviços de mercenários, por exemplo, antes mesmo do início do conflito”.

A violência relacionada a armas de fogo pode ter efeito devastador nos indicadores financeiros de um país, medidos pelas tendências dos investimentos locais e estrangeiros, a arrecadação e a poupança local. Investimentos nacionais e estrangeiros em setores-chave (p.ex. serviços e turismo) caem dramaticamente em condições de conflito armado – ainda que menos do que com violência social – com os investidores levando seu dinheiro para outra região. Os contribuintes assumem o ônus indireto do tratamento das vítimas do conflito e de melhoria da segurança em seu país.<sup>45</sup> Em situações de violência endêmica, os contribuintes (que influenciam o nível de receitas e despesas do governo) podem levar seu dinheiro para fora do país, ou não conseguirem pagar seus débitos durante conflitos – especialmente se são deslocados à força. Tais níveis declinantes de investimento e arrecadação terão finalmente efeito negativo sobre o desenvolvimento humano.



**Box 4.9 Criminalidade com armas de fogo e investimentos diretos: existe uma relação estatística?**

Pesquisa encomendada pelo Small Arms Survey e o FAFO (Forskningssitelsen - Instituto de Ciência Social Aplicada) ao Economist Intelligence Unit (EIU, 2002) analisou a relação que possa existir entre fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e questões de segurança resultantes do uso de armas leves. Descobriu que não há relação clara ou direta entre a prevalência da criminalidade com armas de fogo num país e o fluxo de IED. As empresas estrangeiras podem muito bem preferir operar em ambientes seguros, mas uma avaliação à primeira vista de estatísticas de IED indicam que a criminalidade com armas de fogo não é determinante *principal* na decisão de investir. Preocupações com segurança não parecem ter tido um impacto de mercado no fluxo de IED nos mercados emergentes que lutam com problemas de criminalidade.

Mas seria errado concluir que criminalidade com armas de fogo e IED não estão ligados. Afinal, não se poderia presumir que a criminalidade fosse um determinante *principal* do fluxo de IED. Os investidores decidem comprometer capital, pessoal e ativos em mercados estrangeiros para produzir ou para vender. Não tomam essas decisões porque o índice de criminalidade é baixo, mas porque o retorno é atraente. Uma compreensão completa da relação entre armas leves e IED enfoca vários fatores importantes.

Primeiro, é vital saber a que setor industrial o investimento é dirigido. Algumas indústrias são mais avessas ao risco que outras. As empresas de hidrocarbonetos e indústrias extrativas precisam situar sua atividade onde existem reservas de petróleo, gás, ouro ou cobre. Os custos de exploração e extração são tão elevados que despesas adicionais com segurança podem ser absorvidas facilmente. Entrevistas com empresários do petróleo que investiram na Rússia e na Argélia declaram que o retorno potencial tinha mais peso que os custos derivados de segurança do pessoal. Um ambiente também duro, como a República de Cabinda, em Angola, não impediu a Chevron-Texaco de investir, com custos de segurança de mais de US\$ 1,5 milhão por ano.

Ao contrário, indústrias que dispõem de mais flexibilidade quanto à sua localização são mais seletivas. Quando existem várias alternativas, a criminalidade armada pode se tornar condição importante. Do mesmo modo, negócios particularmente vulneráveis à criminalidade armada, como aqueles situados em áreas urbanas e que manipulam dinheiro como lojas de varejo e postos de combustíveis, também dão maior importância à sua exposição ao risco de armas leves quando avaliam mercados.

Em segundo lugar, uma compreensão mais profunda das causas da criminalidade, especialmente com armas leves, pode lançar luz sobre os modelos de investimento externo. Por exemplo, é importante fazer a distinção entre atividades puramente criminais e violência com motivação política. Se a distinção é fácil em mercados desenvolvidos, em mercados emergentes as duas coisas muitas vezes estão de mãos dadas. A atividade criminal, como contrabando, venda de proteção ou seqüestros, muitas vezes financiam atividades políticas.

Quando a criminalidade armada é uma função de um conflito mais amplo, e por ele alimentado, o ambiente político geral será menos estável e o investidor estrangeiro estará menos confiante. Se, por outro lado, a criminalidade armada vem principalmente de níveis de mais baixa renda, os investidores estrangeiros se sentem mais seguros de sua capacidade de planejar e operar as medidas de segurança adequadas. Podem também tirar outras conclusões. Se a criminalidade e a pobreza estão ligados - discussão na qual não se envolve este estudo - poderão os investidores enxergar os dados sobre criminalidade como boas correlações com os níveis de riqueza e a desigualdade de renda dentro do mercado?

Finalmente, as decisões sobre os IED são tomadas dentro da empresa. A análise de IED e dos modelos da criminalidade armada não esclarecem a razão fundamental atrás das decisões múltiplas, individuais, de investir, e a possível relação com a propriedade e o uso de armas leves. Além do mais, os processos de tomada de decisão nas empresas é ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo. As decisões de engajar capital de investimento direto em projetos no exterior se baseia fortemente em dados, certamente, mas também refletem estratégias empresariais individuais, relações pessoais entre atores principais nos negócios e na política, a personalidade dos principais executivos e a cultura e apetite de risco de determinada empresa. Se não aceitamos que o fluxo de IED inclui decisões tomadas a nível micro, a compreensão dos determinantes do investimento estará incompleta.

Fonte: EIU (2002)

A violência armada muito disseminada pode levar a despesas tais com defesa e manutenção da ordem que restam poucos recursos para serviços de interesse social. Na África do Sul, por exemplo, as despesas de manutenção da ordem cresceram mais rapidamente do que as despesas com serviços de interesse social, apesar do compromisso do novo governo com a reconstrução e o desenvolvimento. O orçamento sul-africano de 2000-2001 para a polícia foi de US\$ 1,960 bilhões, bem mais vultoso que o orçamento da saúde (US\$ 1,5 bilhão) (RSA, 2001). Níveis mais baixos de despesas com serviços sociais forçam as pessoas a gastar sua poupança; e níveis mais baixos de poupança reduzem os investimentos, afetando, em última instância, a produtividade nacional.

### SMALL ARMS SURVEY 2003

#### Capital social

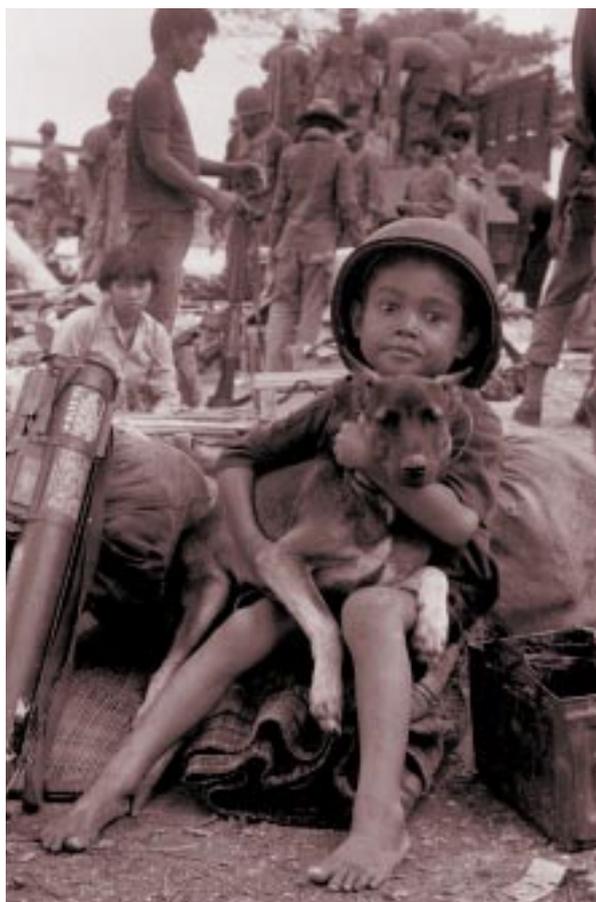
As armas de fogo têm o poder – inigualado – de provocar o medo, pois é mais difícil proteger-se de uma arma de fogo do que de outra arma. As armas de fogo matam a distância, e as balas perdidas encontram vítimas indesejadas. A percepção do risco corrido é aumentada pelo ruído do tiroteio. As armas de fogo intensificam a violência e espalham terror. As regras de confiança e de reciprocidade são rapidamente superadas pela mentalidade da “guerra contra tudo”. A disponibilidade e o uso de armas de fogo afeta de modo negativo o comportamento, a mobilidade, as decisões sobre onde viver<sup>46</sup> e a coesão comum no interior da sociedade, o que pode solapar o desenvolvimento. Mesmo assim, pouco é conhecido da relação entre violência relacionada com armas de fogo e capital social, definido por Putnam (1993) como sendo as características da organização social, como confiança, regras, e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas.

Os indicadores dos efeitos do mau uso das armas leves no capital social são, por exemplo, a existência de crianças soldados, o pertencimento a bandos armados, atividade criminal repetida, surtos de crescimento da violência doméstica e a ruptura da autoridade costumeira. Outros indicadores relativos à qualidade da vida da comunidade mostram a deterioração das relações de vizinhança, das redes familiares, dos grupos de mutirão; dos grupos de poupança e crédito rotativo, da participação em associações cívicas e do número de pessoas presentes nas ruas à noite. A presença e a ameaça das armas leves pode também afetar o envolvimento das pessoas nas atividades políticas, especialmente

nas eleições e nos comícios.<sup>47</sup>

Os riscos das armas leves para crianças em situação de carência são enormes, especialmente quando faltam oportunidades de educação para jovens.<sup>48</sup> A questão é mais problemática em países nos quais crianças e adolescentes formam uma proporção muito grande da população, como na América Latina e na África.<sup>49</sup>

Em sociedades afetadas por conflitos, como a Colômbia, a Guiné e a Somália, o Unicef observou número crescente de crianças combatentes, treinadas para usar armas. As crianças podem ser tanto atores como vítimas da violência relacionada a armas de fogo, o que equivale a um círculo vicioso. Em Uganda, o Unicef (2002:3) relata que o número de seqüestros com armas de fogo aumentaram e que 8.866 crianças, algumas de apenas seis anos, foram seqüestradas pelo Lord's Resistance Army e levadas à força para campos no Sudão, onde foram treinadas como soldados e mandadas para frentes de batalha no Sudão e em Uganda.<sup>50</sup>



Garoto cambojano, com seu cão, espera o pai em acampamento militar.

© Associated Press/Thong Veasna

## DESENVOLVIMENTO

Em comunidades afetadas pela violência social sistêmica, crianças são cada vez mais envolvidas em organizações do tráfico de drogas e na violência urbana. Apenas no Rio de Janeiro, o Ibiss documentou cerca de 12.000 crianças e adolescentes envolvidos no tráfico, com pelo menos 5.369 soldados fortemente armados em 337 pontos conhecidos de venda de drogas. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho também revelou que os jovens começam a portar armas de fogo a partir dos oito ou nove anos nessas organizações (Osava, 2002).

Quando nos países ocorre o que parece ser o fim das hostilidades, como no Congo-Brazzaville, na RDC e em Angola, os jovens desempregados, de futuro incerto, juntam-se a milícias e a grupos criminosos que prometem prestígio, poder e a possibilidade de pilhagem. Estudos recentes entre jovens do Kosovo também sugerem que a segurança está estreitamente ligada às apreensões psicológicas e sociais dos jovens: “A violência provocou uma série de perdas, o medo e a desesperança”. Os jovens estavam especialmente preocupados com sua falta de mobilidade e de espaço de lazer, e criticavam a posse generalizada de armas entre jovens e adolescentes, “especialmente nas comunidades albanesas (...) e os poucos esforços de pais, professores, e outras autoridades para encarar o problema” (Womens’s Commission for Refugee Women and Children, 2001, p.3; ver também Corrin, 2000).

Em alguns países, a violência armada originada em armas leves faz o capital social entrar em colapso, inclusive as instituições consuetudinárias e tradicionais. Muito se escreveu sobre como organizações criminais armadas e a militarização de feudos locais corroeram sistemas locais de organização e controle social na África Oriental e do norte, inclusive o dote e os acordos sobre posse da terra, gestão da propriedade comum, legislação costumeira e mesmo sobre policiamento na comunidade e segurança privada (Small Arms Survey, 2001).

Talvez mais difícil de quantificar seja o dano que a disponibilidade de armas leves provoca na confiança em técnicas locais e tradicionais de solução de conflitos, apesar de algumas comunidades terem criado respostas efetivas para controlar seu uso (Iemen). A erosão de controles costumeiros sobre direitos de pastagem na África Oriental conduziu à liberdade de pastagem e de direitos sobre uso da água no período após a independência. Ladrões de gado armados de Kalashnikov forçaram muitos criadores a lutarem para se defenderem, ou a abandonarem seu meio de subsistência. Alguns foram engrossar o mercado de trabalho informal nas cidades, onde têm pouca capacitação para ganhar a vida.

Pesquisas sobre vitimização e pesquisas de opinião revelam algumas associações entre posse de armas leves e níveis de confiança entre comunidades e pessoas. A International Crime Victimization Survey (ICVS), por exemplo, foi realizada em período de 12 meses, em 25 países industrializados.<sup>52</sup> A pesquisa mostra que ricos e pobres são igualmente vítimas de violência doméstica, mas que sua incidência muitas vezes é maior em lares pobres. Esse levantamento revela que em Santiago do Chile, 46% das mulheres pobres e 29% das mulheres ricas sofrem violência doméstica; em Manágua, os números são de 54% e 45% respectivamente (Morrison e Orlando, 1999).

Levantamentos focalizados também mostram como a disponibilidade de armas leves na África Ocidental e Oriental resultam a longo prazo em distorções nas relações de gênero e no desenvolvimento comunitário (BICC, 2002). Em Serra Leoa, por exemplo, Mansaray (2001) estudou a relação entre conflito armado e violência sexual, e as implicações de agressões a mulheres e a famílias chefiadas por mulheres, relacionadas com armas leves. Mapeamentos na Tanzânia e em Uganda identificaram o grau em que a disponibilidade de armas leves afeta o bem estar econômico, a mobilidade e a coesão da comunidade (Jefferson e Urquhart, 2002).

In conflict-affected societies, UNICEF has observed growing numbers of child combatants who are skilled at operating weapons.

In east Africa, Kalashnikov-wielding cattle rustlers have forced many pastoralists either to fight back or to abandon their livelihood.



## SMALL ARMS SURVEY 2003

### Box 4.10 Violência e gênero: quem paga?

A tendência dos pesquisadores de pensar a violência de modo fragmentado (e não como amplo problema social, seja na esfera doméstica ou na guerra) já foi longamente questionada pelas feministas. Elas dizem que a violência não pode ser compreendida como privada ou individualizada, mas como socialmente e estruturalmente produzida. Um foco estreito nas dinâmicas da violência em torno do conflito ou numa abordagem técnica sobre o controle de armas esconde os efeitos de outras formas de violência. Formas alternativas de violência, às vezes socialmente aceitas, antecedem a guerra e continuam em tempo de paz.

Há de fato uma ligação entre a violência “cotidiana” e os extremos de violência testemunhados em tempo de guerra. Onde quer que se localize, a violência sexual deriva em grande parte da prevalência de ideologias que concedem ao homem poder sobre a mulher e a criança. Aceitar uma agenda consciente sobre gênero dá a oportunidade de enfrentar as ideologias que preservam e mantêm a violência nas sociedades. Uma tal abordagem tem implicações na pesquisa sobre os efeitos das armas leves. Um número pequeno mas crescente de estudos, desagregados quanto ao gênero, sobre a violência com armas de fogo em países industrializados observou a associação entre disponibilidade de armas leves e vitimização feminina (Hemenway, Shinado-Tagwa e Miller, 2002). Apesar de os homens correrem um risco muito maior de sofrer ferimentos, fatais ou não, de armas de fogo, as mulheres sofrem a experiência da violência armada de várias maneiras.<sup>51</sup>

Estudo de Quitoriano e Libre (2001:25), por exemplo, observa como, em regiões das Filipinas, “a opinião coletiva dos homens foi formada a favor de se armarem (supostamente para defenderem suas mulheres e suas propriedades), ignorando a opinião das mulheres da comunidade. Elas argumentaram que recorrer às armas atrairia mais violência”. A ideologia segundo a qual os homens são donos das mulheres e das crianças, e igualar violência com proteção - que daí decorre - espelha outros contextos nos quais os papéis tradicionais de gênero dão apoio ao ideal de masculinidade que exige o uso de armas em defesa do país, do grupo étnico ou de uma causa política.

Quando se calcula o custo da violência com armas de fogo, a diferença entre armas legais e ilegais - em sociedades depois de conflitos - é indistinta: no sul da África tudo indica que muitas armas usadas criminosamente são sistematicamente, às vezes à força, obtidas de donos legais (Altbeker, 1999). Apesar de poucas pesquisas envolvendo gênero terem sido realizadas na região, existe a percepção crescente de que a disponibilidade não regulamentada de armas sustenta as tradições de masculinidade militarizada e consolida alto grau de tolerância à violência relacionada com gênero (Cock, 2001; Turshen e Twagiramariya, 1998).

São necessárias pesquisas adicionais para reunir dados desagregados por gênero sobre os efeitos das armas leves e para obter elementos sobre como as armas de fogo afetam de modo diferente mulheres e homens. É somente com estatísticas exatas e pesquisas cuidadosas que se poderá criar uma nova legislação, mais sensível. Bases de dados de âmbito regional sobre a maneira como as mulheres são afetadas pela violência por armas de fogo poderá também trazer subsídios para estabelecer políticas conscientes do gênero. Apesar de a coleta de dados em países em desenvolvimento ser extremamente desafiadora, é preciso uma imagem mais clara sobre a situação da mulher em sociedades com fartura de armas de fogo, nas quais policiais de sexo masculino registram ocorrências, onde um sistema judicial dominado por homens processa crimes, e nas quais armamento e masculinidade são sinônimos.

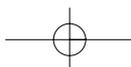
Fonte: Farr (2002)

↑  
not  
52?  
↑

### Intervenção para o desenvolvimento e cultura da retirada

Funcionários de campo de agências de desenvolvimento estão na linha de frente, na linha de fogo. A existência de armas leves entre civis complica o trabalho de aliviar a pobreza, do financiamento, passando pela elaboração do programa, sua implementação e monitoramento, até sua avaliação. O mau uso de armas leves pode afetar a realocação da ajuda ao desenvolvimento para socorro e assistência humanitária, além de distorcer as prioridades do programa e da comunidade. A insegurança provocada por armas leves tem por resultado o desvio de verbas para segurança e segurança privada, ou a retirada da assistência e dos investimentos em comunidades afetadas.

Para evitar regiões nas quais a insegurança está em escalada, os responsáveis pelo planejamento muitas vezes procuram lugares nos quais o retorno sobre seu investimento justifica a continuação do financiamento proveniente de doadores “orientados para o resultado”. O custo dos prêmios de seguro cresceram a ponto de, em certos casos, os administradores de projetos não poderem permitir viagens ou intervenções de funcionários. Em outros casos, os escritórios são saqueados, fechados e abandonados, e os funcionários evacuados. Funcionários de projetos ficam sob



## DESENVOLVIMENTO

risco locais do projeto permanecem sem utilização pela população (...) e atraem ataques armados (Colletta e Kostner, 2000). Assim, a disponibilidade sem controle de armas leves está produzindo uma cultura da retirada.

O ritmo e a escala de ocorrências relacionados à segurança que afetam todo o sistema da ONU, como roubo de carros, seqüestro, assalto armado, roubo armado, e homicídio dispararam em parte em razão da atividade em regiões afetadas pela guerra (Muggah e Griffiths, 2002; Small Arms Survey, 2002). À medida que se restringiu cada vez mais o espaço de ações humanitárias e para o desenvolvimento, organizações internacionais têm defendido períodos de tranquilidade (tréguas), cessar-fogos e dias dedicados à vacinação, para conseguir administrar assistência.<sup>53</sup>

Entre os indicadores primários dos efeitos de armas leves sobre operações de desenvolvimento figuram o número e o tipo de incidentes de segurança (assalto armado contra membros da equipe). Os indicadores secundários incluem o custo crescente da logística e da segurança como proporção do total da assistência à cooperação. As situações são muito variadas, como o caso de engenheiros de projetos do Banco Asiático de Desenvolvimento sendo seqüestrados nas Filipinas; o de trabalhadores no desenvolvimento de comunidades indígenas ameaçadas com fuzil, na Colômbia; e o de agentes do PNUD assaltados na Somália. Entre 1992 e 2001, mais de 204 membros do pessoal civil da ONU foram mortos em situações de conflito armado, sendo as armas de fogo usadas em 75% de todas ocorrências (UN, 2001).

O monitoramento e a avaliação de projetos de desenvolvimento também é difícil em lugares nos quais armas estão facilmente disponíveis. Um apelo do Unicef (2002) pela Somália, por exemplo, relata que “a insegurança constante na região tem tornado difícil o monitoramento consistente e a implementação oportuna” de projetos. Na Federação Russa e no Cáucaso, entre as “principais limitações encontradas em 2001 estão as dificuldades de acesso (...) com o conflito em curso e a falta geral de segurança (...) impedindo o desenvolvimento normal de projetos e atividades”.

O grau de insegurança em algumas regiões aumentou, a ponto de tornar perigosa mesmo uma avaliação sobre segurança. Em setembro de 2000, agentes de segurança na Somália, que estavam realizando uma avaliação de segurança para determinar se as agências da ONU poderiam retomar suas operações humanitárias e de desenvolvimento após uma suspensão de seis meses, foram atacados por 30 homens armados. Todos os programas da ONU foram suspensos depois de pistoleiros não-identificados haverem atirado contra um avião da União Européia. No mesmo mês, durante uma cerimônia de desarmamento realizada em Atambua, Timor Leste, convidados da ONU foram atacados pela milícia (Muggah e Berman, 2001).



Guarda etíope protege alimentos.

© Reuters/George Mulata

rança para determinar se as agências da ONU poderiam retomar suas operações humanitárias e de desenvolvimento após uma suspensão de seis meses, foram atacados por 30 homens armados. Todos os programas da ONU foram suspensos depois de pistoleiros não-identificados haverem atirado contra um avião da União Européia. No mesmo mês, durante uma cerimônia de desarmamento realizada em Atambua, Timor Leste, convidados da ONU foram atacados pela milícia (Muggah e Berman, 2001).

Os custos crescentes da logística de segurança desviam uma proporção crescente da ajuda para fins improdutos. Algumas agências gastam entre 5% e 30% de seus fundos em segurança privada, e às vezes ainda precisam contratar guardas armados na comunidade local (Muggah e Batchelor, 2002:36). Ainda há custos adicionais para cercar o espaço, comboios armados, evacuações de emergência e contingências.



### SMALL ARMS SURVEY 2003

## SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

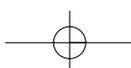
Desde a Guerra Fria, a comunidade de desenvolvimento tem reafirmado suas antigas declarações sobre como os conflitos – e a reconstrução após conflitos – estão ligados à diminuição da pobreza e ao desenvolvimento humano. Alguns especialistas do desenvolvimento acreditam que os conflitos armados são a determinante mais importante da pobreza, da África ao sul do Saara à Europa Oriental (Duffield, 2001; Stewart e Fitzgerald, 2001; Luckham *et al.*, 2001). A compreensão e a prevenção da guerra têm se tornado parte integrante da agenda do desenvolvimento.

Essa aproximação conceitual não tem sido parcial, pois as preocupações com meio ambiente, saúde e alimentação vêm se tornando elementos importantes da nova paisagem da segurança. A comunidade internacional de segurança tem dado importância crescente à diminuição da pobreza e ao uso de recursos sustentáveis em relação à prevenção de conflitos. A política de segurança reinventou a si mesma ao identificar-se com muitas preocupações do desenvolvimento. Inspirados na *Agenda para Paz* de Boutros Boutros Ghali, em 1992 e no *Human Development Report* do PNUD, em 1994, algumas pessoas pretendem que “houve uma mudança da segurança dos estados, assegurada por meios militares, para a segurança do povo, por meio da prevenção de conflitos e outras ameaças” (Kingma, 2000:32). Dizem que “enquanto a segurança nacional era o princípio diretor do tempo da Guerra Fria, o conceito de segurança humana ganhou importância no século XXI”. (Hampson e Hay, 2002).

Muitos analistas e *policy-makers* falam em uma abordagem integrada, proporcionada e abrangente da segurança e desenvolvimento, abordagem que combine ajuda à segurança e cooperação ao desenvolvimento com “boa governabilidade” e respeito aos direitos humanos. Esta linha, atualmente pensamento comum nos principais países industrializados (OECD, 1997;2001), divide espaço com o desenvolvimento humano. Está ligado à percepção nos países desenvolvidos de que os pobres podem perturbar a atividade comercial por meio de redes terroristas e criminosas.

De fato, com o aumento da preocupação com terrorismo, os países em desenvolvimento (em particular os mal-sucedidos) são vistos como “caldo de cultura do terrorismo” e incubadores de conflitos, da criminalidade transnacional e das migrações forçadas. Em suma, o subdesenvolvimento tornou-se perigoso. Promover a segurança do desenvolvimento, dizem, é o mesmo que melhorar a segurança dos povos, em particular do mundo desenvolvido.

A “securitização” do desenvolvimento e a “desenvolvimentoção” da segurança têm tido conseqüências sobre a maneira como é interpretada e praticada a agenda do desenvolvimento. Além do desenvolvimento econômico sustentável, os impactos sociais e políticos mais abrangentes dos programas de desenvolvimento devem ser planejados e implementados num contexto mais amplo de segurança. A Cimeira do Milênio da ONU, por exemplo, focalizou a importância da prevenção de conflitos, a aplicação das leis sobre direitos humanos e a redução das armas leves, quanto à diminuição da pobreza. Um ano depois da publicação do Relatório do Milênio, a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (OECD, 2001) reafirmou seu compromisso com a promoção do desenvolvimento, por meio da prevenção de conflitos e a recuperação pós-conflito.<sup>54</sup> Em outras palavras, as organizações internacionais de desenvolvimento estão cada vez mais conscientes da insegurança e de seu impacto, e na medida do possível, estimulam a resolução de conflitos e a reconstrução das sociedades para que previnam a violência armada.<sup>55</sup> As maiores organizações governamentais internacionais como a OCED, as instituições de Bretton Woods, governos doadores,<sup>56</sup> agências das Nações Unidas (como PNUD, 1999; UHCR, 1997) e instituições de pesquisa influentes (Banco Mundial e Carter Center, 1997) adotaram essa abordagem. Muitas empresas multinacionais hoje também reconhecem que a prevenção de conflitos é essencial se queremos que prevaleçam desenvolvimento e estabilidade (Duffield, 2001).<sup>57</sup>



## DESENVOLVIMENTO

Apesar desse compromisso com a prevenção de conflitos, a segurança e o desenvolvimento, os ataques terroristas – aos Estados Unidos em 2001 e em outros lugares em 2002, como na Indonésia e no Quênia – remodelaram as prioridades de alguns governos. O compromisso autêntico com a agenda “segurança humana e desenvolvimento” tem sido lento a se concretizar. A Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey, no México, em março de 2002, por exemplo, fracassou em assegurar os meios necessários para atingir as metas de desenvolvimento do Milênio da ONU.<sup>58</sup> A Cimeira do Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, em agosto de 2002, também não foi capaz de provocar um amplo consenso sobre questões fundamentais do desenvolvimento. Mesmo defensores das cimeiras lamentam que a ajuda militar em escalada, ostensivamente necessária ao combate do terrorismo, tenha ofuscado os êxitos.<sup>59</sup> As despesas militares globais em 2002 foram de aproximadamente US\$ 839 bilhões, mas a despesa com ajuda ao desenvolvimento foi de menos de US\$ 50 bilhões (Kortb, Arnold e Prove, 2002).<sup>60</sup>

Genuine commitment to the ‘human security and development’ agenda has been slow to materialize.

## UMA RESPOSTA DESENVOLVIMENTISTA ÀS ARMAS LEVES

Apesar de ser cada vez mais aceito que a disponibilidade e o mau uso de armas leves solapa a segurança e erode as possibilidades de desenvolvimento, uma abordagem desenvolvimentista às armas leves ainda está balbuciando (Muggah e Batchelor, 2002; Muggah e Griffiths, 2002; Sem, 2002). A comunidade de desarmamento, inclusive um movimento da sociedade civil para o controle de armas, busca meios para reduzir fornecimentos, enquanto a comunidade de desenvolvimento explora meios práticos para reduzir a demanda por armas leves e seu mau uso em países em desenvolvimento. Mas poucos atores estabeleceram ligações entre armas leves e os objetivos mais amplos de desenvolvimento. Na maioria dos casos, seus programas têm objetivos mais abrangentes do que a redução das armas leves.

As tendências principais que surgem na abordagem desenvolvimentista do foco nas armas leves são:

- Formar as atitudes e o comportamento de possíveis usuários de armas leves para reduzir sua demanda por armas leves;
- Fortalecer controles legais e normativos sobre a posse de armas de fogo para reduzir o mau uso de armas leves dentro do segmento de segurança entre civis; e
- Destruir armas excedentes, inclusive armas de fogo apreendidas, a fim de reduzir sua volta à circulação.

Em casos raros, as preocupações com armas leves estão sendo priorizadas no planejamento, na implementação e na avaliação do desenvolvimento. Mas, em outros casos, são simples apêndices de programas existentes. A seção seguinte passa em revista algumas atividades de organizações multilaterais e de atores governamentais e não-governamentais que assumiram o desafio das armas leves.

### Organizações multilaterais

Um grande número de organizações multilaterais ou organizações financeiras internacionais – envolvidas com desenvolvimento – da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCED) e do Banco Mundial ao PNUD e ao Unicef – vêm demonstrando interesse em armas leves em sua relação com desenvolvimento. Em alguns casos, elas têm estendido seu mandato ou investido recursos significativos na reforma do setor de segurança e no desarmamento prático. Braços operacionais das Nações Unidas, como o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO), a Organização Internacional das Migrações (OIM) e a OMS também têm liderado a elaboração de



### SMALL ARMS SURVEY 2003

#### Box 4.11 The World Bank: A greater role in disarmament?

A inclusão de considerações sobre segurança e desenvolvimento em iniciativas sobre desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) está recebendo mais atenção. Mas, o crescente interesse político na promoção da segurança e do desenvolvimento em DDR não está sendo seguido por compromissos institucionais. Com poucas exceções, as organizações ligadas ao desenvolvimento estão mal equipadas para envolver-se em assuntos de segurança e desarmamento. O Banco Mundial não trata diretamente de desarmamento prático. Ao contrário, o desarmamento tende a continuar domínio reservado dos especialistas militares e dos órgãos de segurança regionais. Alguns críticos argumentam que, caso organizações de desenvolvimento como o Banco tenham um impacto maior na diminuição da pobreza, precisam dar mais peso ao desarmamento prático. Uma breve revista do papel do Banco em relação a DDR mostra os prós e os contras de engajar-se no desarmamento prático.

O Banco assumiu um papel de liderança no DDR desde o início dos anos 90, como principal doador para operações de DDR e como agência principal em contextos tão diversos como Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chade, RDC, Djibuti, Guiné Bissau, Serra Leoa e Uganda. Foi uma das primeiras instituições a desenvolver capacidade analítica em setores de desmobilização e reintegração (DR), em 1993, com um estudo inovador do projeto e gestão desses programas.<sup>61</sup> Mas, apesar de progressos conceituais consideráveis, esses estudos não incluíam o componente *desarmamento* de DDR.

O Banco não se envolve prioritariamente com desarmamento porque seu *Manual de Operações* declara: "Tendo em vista seu mandato, o Banco não se dedica ao estabelecimento da paz ou à manutenção da paz, que são funções das Nações Unidas e de algumas organizações regionais." Também não proporciona apoio direto para desarmar combatentes (World Bank, 2001A). Mas, na qualidade de um dos maiores doadores multilaterais para DDR, ele não pode evitar envolver-se em desarmamento prático e no controle de armas leves. Na região dos Grande Lagos, por exemplo, onde foram prometidos US\$ 300 milhões para DDR, junto com o Multi-Donor Trust Fund (DTF), em abril de 2002, o Banco assumiu um papel de liderança. É evidente que o sucesso da desmilitarização na região, especialmente na RDC, depende criticamente do desarmamento de grupos armados e de forças "estrangeiras", tipo de atividade que o Banco vê como "exterior" a seu mandato. O DDR só pode efetivamente ser visto como tema integrado.

Como principal doador em contextos de DDR, o Banco apresenta condições que exércitos e militares devem normalmente aceitar, mesmo se estão indiretamente excluídos dos financiamentos do Banco. Os vários contratos e restrições do Banco quanto a atividades políticas que restringem o engajamento em temas de governabilidade, ligados à segurança, colocam um desafio (Ball, 2001).

O Banco poderia envolver-se com assuntos de armas leves fora dos processos formais de DDR para consolidar o desenvolvimento, ainda que, até hoje, haja evitado envolver-se com a posse de armas por civis e pelo seu mau uso. Talvez a razão seja que o assunto é percebido como assunto militar e não de desenvolvimento. Mesmo se o Banco está impedido de tratar de DDR ou da posse de armas por civis, ou opta por não se engajar, o progresso de sua capacidade analítica em relação a desarmamento seria benéfico para seu trabalho de desmobilização/reintegração.

Também existem razões convincentes pelas quais o Banco pode não engajar-se mais profundamente em questões relativas a armas leves. Primeiro, como já foi mencionado, a questão do mandato do Banco é central. Será necessário envolver-se naquilo que é essencialmente visto como sendo assunto do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, ou do Departamento de Assuntos Políticos da ONU? Existe uma divisão de responsabilidades em todas as missões de paz da ONU, que deve ser mantida. Aliás, no passado, manutenção da paz e desarmamento foram relativamente bem financiadas.

Um segundo obstáculo tem a ver com a capacidade do banco, que é técnica e não está estruturada para a cooperação com ONGs. O Banco não financia o tipo de projetos de pequena escala e flexíveis necessários nesse segmento, que podem ser melhor atendidos por agências de cooperação e governos doadores. O banco está mais acostumado a tratar com governos, apesar de, na RDC, aceitar-se cada vez mais que o Banco precisa interagir com atores não-estatais. O desarmamento é quase sempre uma atividade muito politizada e de alto risco - o tipo de intervenção que o Banco tem tradicionalmente evitado.

É improvável que o Banco se envolva diretamente nas questões de desarmamento e de armas leves. No entanto ele pode, potencialmente, incluir temas relacionados com armas leves em suas diretrizes e em sua agenda de planejamento com DDR. Isso incluiria a redução do desvio de armas por ex-combatentes e asseguraria que os ex-combatentes tivessem acesso a oportunidades econômicas adequadas.

Fonte: Ginifer (2003)

iniciativas práticas para reduzir o mau uso de armas leves, no contexto mais abrangente de construção da paz, da redução da violência e de intervenções relacionadas ao desenvolvimento.

Apesar de esses progressos serem promissores e enfatizem o compromisso da comunidade de desenvolvimento com o controle de armas leves, muitas organizações trabalham independentemente uma da outra. A Ação de Coordenação



**Box 4.12 A reforma do setor de segurança: e as armas leves?**

A Reforma do Setor de Segurança (RSS) é um conceito desenvolvido por doadores ocidentais com assistência de especialistas em segurança, tanto de países desenvolvidos como em desenvolvimento. Não existe consenso estabelecido sobre os objetivos da RSS.

Entre as exigências-chave para uma transformação democrática do setor de segurança figuram: forças de segurança profissionais e responsáveis; autoridades civis capacitadas e responsáveis; alta prioridade concedida à proteção dos direitos humanos; transparência; uma sociedade civil capacitada e responsável; ajustamento às leis nacionais e internacionais; e uma abordagem regional dos problemas de "segurança".

Assim, a agenda da RSS vai além da abordagem tradicional do relacionamento civil/militar (RCM) quanto à reforma da segurança pública (especificamente da polícia e da justiça). Considerando seu envolvimento com a governabilidade democrática, a RSS está mais preocupada em realçar a participação da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação das políticas de segurança. Assim, a RSS muitas vezes pensa em reduzir os meios utilizados em conflitos violentos, como as minas antipessoal, o que não ocorre no RCM.

A comunidade de doadores só recentemente passou a aceitar que segurança é um bem público. Assim sendo, requer investimento até pelos países mais subdesenvolvidos, e a comunidade internacional tem um papel no fortalecimento da governabilidade do setor de segurança. Durante a Guerra Fria, a maioria das agências bilaterais e multilaterais de cooperação fizeram tudo o que podiam para evitar envolvimento com os setores de segurança dos países receptores, e mostravam pouco interesse na qualidade da governabilidade nesse setor. A súbita ênfase na RSS pelos doadores levou pessoas no mundo em desenvolvimento a questionar as motivações dos doadores. Mas os doadores não estão sozinhos em sua preocupação com forças de segurança - altamente autônomas e operando com pouco respeito pela lei, pelos princípios democráticos ou pela responsabilidade fiscal. Sociedades civis em países em desenvolvimento passaram a utilizar o espaço crescente de que dispõem para exigir maior responsabilidade de suas forças de segurança. Os doadores cada vez mais tentam incorporar essas manifestações na RSS.

Os incentivos para transformação democrática do setor de defesa nos países em transição da Europa Central e Oriental têm sido especialmente fortes, estimulados pela perspectiva de ingresso na Otan ou na União Européia. O Programa de Parceria para a Paz da Otan, por exemplo, fixou normas e diretrizes para direção das forças militares e de segurança interna, enfatizando a importância de um relacionamento civil/militar estável nas sociedades democráticas. Mas isso não significa que esses países tenham conseguido criar setores de segurança plenamente democráticos. O processo de reforma ainda está em curso no setor da defesa, e países democráticos têm elites numerosas nas forças policiais e de segurança que formam "poderoso bloco conservador, pouco disposto a aceitar reformas profundas" (Hendrickson e Karkoszka, 2002:193).

O envolvimento com armas curtas e a agenda RSS se cruzam intimamente nas áreas de prevenção criminal e de desmilitarização após conflitos. No fundo, a regulamentação de armas leves ocorre mais eficazmente no contexto de reformas mais abrangentes. Por exemplo, pensar e implantar legislação, regulamentação e diretrizes sobre o uso de armas por agentes das forças de segurança e por empresas de segurança privada requer capacitação institucional no âmbito dos ministérios da defesa, da justiça e do interior, e a implantação da legislação que a RSS busca desenvolver. Também requer mudanças de atitude e de comportamento dentro das próprias forças de segurança, consistentes com os objetivos da RSS. No entanto, as armas leves, como tema menos visível, têm permanecido periféricas em muitos programas de RSS, pois a RSS está mais preocupada com a criação de instituições capazes de garantir a segurança pública do que com a ligação entre a agenda de desenvolvimento institucional e métodos de controle direto das próprias armas.

Alguns elementos necessários acima citados estão presentes em iniciativas recentes de RSS empreendidas no Malavi, na Argentina e na Somália. Por exemplo, no **Malavi**, um projeto executado pelo Norwegian Initiative on Small Arms Transfers (NISAT) e Anistia Internacional ajudou a desenvolver propostas de leis sobre polícia e armas de fogo baseadas em normas da ONU, a aumentar a capacidade dos fóruns de policiamento comunitário; implantar programa de treinamento para grupos de ligação entre polícia comunitária e sociedade civil, e a desenvolver a cooperação regional entre ONGs para realçar a cooperação entre governos, polícia e sociedade civil.

BP ara efeito de comparação, um programa de troca de armas na província argentina de **Mendoza** resultou em lei provincial sobre desarmamento; provocou o interesse de seis outras províncias; criou uma comissão biprovincial de segurança para elaborar normas de controle na divisa das províncias; desenvolveu um mecanismo permanente de troca de informações entre a polícia e instituições governamentais da província; e conduziu à harmonização das reformas policial e judiciária. Esse projeto, de iniciativa local, também recebeu apoio econômico e técnico da ONU para destruição de armas e um programa para melhorar a infra-estrutura e os procedimentos de estoques do governo provincial.

Finalmente, o PNUD está trabalhando com a Polícia Nacional da **Somália** para controlar armas nas mãos de policiais que possuem sua própria arma. O esforço do PNUD destina-se a "migrar" essas armas para as novas forças de segurança (adequadamente treinadas), criar um registro de armas, proporcionar treinamento para sua utilização apropriada, e assegurar um armazenamento adequado para armas que não estão sendo usadas.

Fonte: Ball (2002)



### SMALL ARMS SURVEY 2003

UNICEF has recently launched pilot programmes in Kosovo, Liberia, Somalia, and Tajikistan to make adolescents aware of the dangers associated with small arms.

das Nações Unidas para Armas Leves (CASA) ilustra as dificuldades para adotar uma abordagem coerente e coordenada sobre o controle de armas leves. Criada em 1998, a CASA inclui alguns departamentos da ONU e de organizações internacionais dedicadas ao desarmamento, ao desenvolvimento, à manutenção da paz, direitos humanos, saúde pública e assistência humanitária. Apesar de demonstrar uma abordagem integrada e desenvolvimentista à questão das armas leves, sua ação tem sido dificultada pela limitação de sua capacidade, da coordenação, do mandato e dos meios.

Mesmo assim, como se enfatizou na Item 4.12, algumas organizações multilaterais demonstram compromisso promissor com o controle de armas leves no que diz respeito a reformas mais amplas do setor de segurança. Várias agências de desenvolvimento investem no fortalecimento dos sistemas policial e judicial, do treinamento de policiais em direitos humanos e sua maior sensibilidade às necessidades da comunidade, até um maior controle sobre o equipamento da polícia e criação de diretrizes relativas ao armamento. Alguns importantes proponentes de reformas no setor de segurança asseguram que “programas de redução de armas leves” podem fortalecer a relação entre o setor de segurança e os civis (Ball e Hendrikson, 2002; Ball, 2002).

A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (Osce) criou uma força tarefa para estudar as despesas militares e de desenvolvimento, com foco particular nas armas leves.<sup>62</sup> Tanto a OSCE como a OTAN também esboçaram diretrizes sobre recolhimento e destruição de armas,<sup>63</sup> estimuladas pela certeza de que, se o setor de segurança dispõe de governabilidade responsável, o desenvolvimento terá um ambiente estável e previsível, e surgirão novas parcerias entre instituições de desenvolvimento e da segurança.

Agências multilaterais de desenvolvimento, como o PNUD e o Unicef, também lideraram as reações às conseqüências desenvolvimentistas das armas leves no campo. Na África Ocidental, Central e Oriental existem esforços de implementação de reformas profundas de inspeção e controle nas alfândegas como forma de restringir a entrada de novos fornecimentos, além do recolhimento de armas e sua destruição em eventos públicos. Mais especificamente, o PNUD procura influenciar atitudes e comportamentos por meio de campanhas de conscientização e sensibilização, e pela promoção continuada de programas “Armas para o Desenvolvimento” em mais de 15 países dos Balcãs, da África ao sul do Saara e da América Central.<sup>64</sup> Do seu lado, o Unicef lançou recentemente programas-piloto no Kosovo, na Libéria, na Somália e no Tajiquistão para conscientizar os adolescentes dos perigos vinculados a armas leves, assim como fóruns consultivos para identificar alternativas locais apropriadas à violência com armas de fogo. Os projetos estimulam o trabalho o Unicef com grupos de jovens, ao combinar educação básica sobre segurança de armas de fogo com desenvolvimento de lideranças, treinamento vocacional e técnicas de resolução de conflitos (ver, por exemplo, Unicef, 2002).

### Governos

Os esforços recentes de alguns governos de enfrentar o fornecimento de novas armas a países em desenvolvimento foram documentados pelo Small Arms Survey (2001; 2002). Aqui a preocupação é com a abordagem conceitual e prática adotada pelos governos a propósito das armas em circulação em regiões afetadas. Observam-se algumas maneiras de os governos reinterpretarem os impactos das armas leves não só como assunto de segurança mas também como assunto de desenvolvimento, refletidas em mudanças recentes nas despesas para controle de armas leves: cada vez mais, programas relacionados com armas leves estão sendo financiados por agências de cooperação mais do que pelos ministérios de relações exteriores (Ver item 4.13). Alguns governos, como os de Canadá, Alemanha, Japão e Reino Unido, têm desenvolvido respostas mistas: em certos casos, combinam a capacidade de diversos departamentos a fim de enfrentar a questão das armas leves do ponto de vista do desenvolvimento (Scharf, 2002).



## DESENVOLVIMENTO

Infelizmente, os governos doadores e os países afetados continuam a medir o sucesso do desarmamento pelo número de armas recolhidas e destruídas mais do que pela contribuição ao desenvolvimento. Alguns dos países em desenvolvimento mais desfavorecidos são ignorados pelos doadores por não se enquadrarem nas prioridades dos doadores ou não prometerem um retorno satisfatório do investimento. Essas duas questões continuam sendo fonte de tensão considerável entre comunidades governamentais e não-governamentais.

O Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), do Reino Unido, por exemplo, criou programas conjuntos com o Ministério do Exterior e o Ministério da Defesa para enfrentar a questão da reforma do setor de segurança, e das armas leves. Entre 2001 e 2004, o Programa de Armas Pequenas e Leves do Reino Unido espera desenvolver “programas práticos em todo o mundo, com impacto na vida e no meio de vida das pessoas afetadas pela proliferação e mau uso de armas leves” (United Kingdom DFID, 2001:6). Os programas práticos incluem programas de recolhimento de armas, de gestão e de destruição, de assessoria para implantação de novos convênios (p.ex. *Programa de Ação da ONU, Declaração de Nairobi sobre Armas Leves*), o desenvolvimento de consensos e da cooperação em regiões afetadas, o apoio à sociedade civil e a construção de parcerias, o apoio continuado para análise e avaliação.<sup>65</sup>

**Box 4.13 Ajuda ao desenvolvimento no exterior e armas leves: um novo vínculo?**

A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) tem prestado cada vez mais atenção à questão das armas pequenas e leves. A ajuda ocorre sob duas formas: subvenções, ou (o que é mais comum) empréstimos em condições favorecidas. A ajuda é bilateral, de governo a governo, ou canalizada através de instituições multilaterais como o Banco Mundial e braços operacionais das Nações Unidas. Enquanto a ODA tem o propósito de estimular o desenvolvimento de estados subdesenvolvidos, outras formas de ajuda exterior, como assistência militar, têm objetivos diferentes. Muitos países industrializados do Ocidente proporcionam simultaneamente ajuda ao desenvolvimento e assistência militar, para construir e manter alianças, retribuir a países subdesenvolvidos pelo uso de seu território (como para fins militares), ou como escoadouros comerciais de suas indústrias bélicas. Exemplo recente de ajuda militar é a assistência dos Estados Unidos ao Paquistão na esteira da “Operação Liberdade” no Afeganistão.

Todavia, ao tentar enfrentar a questão das armas leves, a meta da ODA é a promoção da estabilidade e do desenvolvimento. Tradicionalmente, verbas para programas de recolhimento de armas, para assistência jurídica, pesquisa e advocacy sobre armas leves têm vindo dos ministérios do exterior ou da defesa. Mas, nos últimos cinco anos, alguns doadores adotaram uma abordagem mais variada e integrada, reunindo preocupações com desarmamento e desenvolvimento.<sup>66</sup>

Ainda que os governos tenham focos diferentes, o grosso dos meios destinados a questões relacionadas com armas leves parece ser dedicado a programas de recolhimento e destruição de armas. Até muito recentemente, os Estados Unidos investiam praticamente todas as verbas do orçamento na destruição. Agora estão gradualmente ampliando o escopo das operações para o recolhimento e, recentemente, para a gestão de estoques. O Canadá, a Dinamarca, os Países Baixos, a Noruega e a Suécia, todos têm uma abordagem muito similar: enquanto o grosso dos recursos destina-se a programas de recolhimento e destruição, parcela significativa também é destinada a campanhas de conscientização e sensibilização, além de intervenções pragmáticas, por ONGs, no campo e na pesquisa.

Os governos de países tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos têm também tomado medidas para enfrentar a disponibilidade de armas leves em países afetados. Governos da África Ocidental à Ásia do Sudeste têm participado de programas de destruição em solenidades públicas (Small Arms Survey, 2002:279-321). Por exemplo, o governo do Mali, sob os auspícios de uma iniciativa DDR do PNUD, queimou cerca de 3.000 armas em cerimônia pública em 1996. O governo do Congo-Brazzaville, com ajuda do PNUD e do CIM também efetuou significativas destruições no final dos anos 90 e em 2001 (Congo). O governo do Camboja destruiu mais de 15.000 armas leves em 1998, e o governo da África do Sul, 260.000 fuzis automáticos desde 1995. Os governos da Alemanha e da Suécia têm repetidamente destruído estoques enormes, aquele após a reunificação e este no início dos anos 90.

O Projeto de Cooperação ao Desenvolvimento e de Controle de Armas Leves (Decosac) da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) tem por objetivo desenvolver ferramentas práticas para controlar e destruir armas leves.<sup>66</sup> Em nível local, o Decosac promove programas de desmobilização e reintegração a fim de reduzir a “demanda” por armas leves, programas de conscientização psicológica para ex-combatentes e campanhas de conscientização para “reduzir as culturas da violência e das armas”. O programa também procura promover programas de recolhimento voluntário

## SMALL ARMS SURVEY 2003



Soldado colombiano guarda alimentos em trânsito.

© Reuters/Daniel Munoz

de armas, “iniciativas armas em troca de desenvolvimento”, programas de armazenamento seguro e ambientalmente válido e treinamento sobre descarte de armas.<sup>67</sup>

### Organizações não-governamentais

Alguns dos esforços mais bem-sucedidos de vincular o controle de armas leves com desenvolvimento têm sido conduzido por gente do lugar, em nível local. A gama de atores e de intervenções é vasta, das ONGs internacionais a organizações comunitárias locais. Seus mandatos também são muito divergentes, já que suas atividades muitas vezes são guiadas por esforços mais amplos em promover a solução pacífica de conflitos, em inverter modelos de violência armada, em promover a educação e a saúde públicas e em estimular o desenvolvimento comunitário, tanto quanto conseguir um controle sobre armas leves. Talvez exista aí uma lição útil para aqueles que buscam lançar uma iniciativa de controle de armas leves. Muitas intervenções bem sucedidas para reduzir a quantidade de armas leves e seu mau uso são características de objetivos de ONGs, mais do que o próprio objetivo central. Agências convencionais de desenvolvimento e coligações da sociedade civil estão montando campanhas e estratégias de *advocacy* para conter o fluxo de armas, como parte de um esforço mais abrangente de promoção da redução de conflitos e de desenvolvimento preventivo (Small Arms Survey, 2002:176-93).<sup>69</sup> Em nível da implementação, as ONG também desenvolveram algumas abordagens complementares de controle de armas leves, que focalizam o estímulo às mudanças comportamentais e ao recolhimento de armas.

Algumas ONGs internacionais, como Oxfam, World Vision e Care, têm requerido que sejam redobrados os esforços para diminuir os fatores que alimentam a demanda por armas leves. Não se compreende exatamente o que estimula a “demanda por armas leves”: afirma-se que “medidas que enfrentem os fatores complexos para demanda pelo usuário final (de armas leves), como pobreza, insegurança, falta de meios de subsistência sustentáveis, falta de acesso equitativo a serviços públicos, a bens e oportunidades”, contribuem para o desenvolvimento humano.

Uma vasta rede de ONGs, muitas delas membros da International Action Network on Small Arms (Inansa) tem focalizado campanhas estratégicas e programas de conscientização para estimular mudanças de atitude em relação à redução

Development-oriented organizations have the potential to respond practically to small arms issues.



## DESENVOLVIMENTO

de armas.<sup>70</sup> Tais esforços são pensados para provocar a indignação do público em países desenvolvidos e para coagir os governos doadores a reagir, mudando os procedimentos de exportação e oferecendo assessoria aos países afetados.

There is an urgent need for donors to strengthen monitoring and evaluation practices with respect to arms reduction interventions.

## CONCLUSÃO

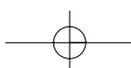
A disponibilidade e mau uso de armas leves são apenas dois dos desafios à comunidade internacional. Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Ilegal de Armas Pequenas e Leves, realizada em Nova York, em 2001, os estados participantes reconheceram que a acumulação excessiva e a disseminação sem controle (de armas leves) em muitas regiões do mundo... colocam séria ameaça à segurança, à seguridade, à estabilidade e ao desenvolvimento sustentável em nível individual, local, nacional, regional e internacional (UNGA, 2001).

Em quase qualquer contexto, a disponibilidade e mau uso de armas leves têm efeitos devastadores sobre o desenvolvimento humano. Os ferimentos relacionados com armas leves excede a capacidade de atendimento dos serviços de saúde e as possibilidades de despesa do poder público. Mas os efeitos indiretos são mais insidiosos e potencialmente mais preocupantes. A disponibilidade e mau uso de armas leves limita as alternativas das pessoas, como a segurança contra violência criminosa, o acesso a serviços básicos e à segurança alimentar, as oportunidades econômicas e abala a confiança mútua.

Ao contrário da comunidade humanitária, as organizações envolvidas com desenvolvimento têm a possibilidade de reagir às questões envolvendo armas leves. Onde os atores humanitários precisam concentrar-se em reunir provas dos impactos – apurando os métodos de registro e empreendendo estudos focalizados –, os atores do desenvolvimento precisam desenvolver intervenções práticas para reduzir a demanda por armas. Felizmente, está surgindo uma resposta, ainda incipiente, dentro da comunidade de desenvolvimento.

As intervenções executadas por organizações multilaterais, pela comunidade de doadores e pelas ONGs a propósito de armas leves têm focalizado a prevenção da violência armada, a melhoria da governabilidade e a legislação sobre controle de armas leves e o projeto e implantação de programas concretos de recolhimento e destruição de armas e de DDR, a fim de reduzir a ameaça da disponibilidade e mau uso de armas. No entanto, o foco estreito sobre o número de armas recolhidas ainda precisa revelar quão eficaz é o impacto de tais programas na promoção do desenvolvimento.

Com o objetivo de estimular a conscientização e projetar intervenções mais apropriadas para reduzir a violência armada, são precisos fortes investimentos na elaboração e execução de pesquisas (com métodos comparáveis nos diversos países) para coletar dados sobre os efeitos diretos e indiretos da disponibilidade e mau uso de armas leves sobre o desenvolvimento humano. É também urgente que os doadores fortaleçam práticas de monitoramento e de avaliação a respeito de intervenções sobre reduções de armas. A mensuração dos êxitos deve ir além do número de armas recolhidas ou de soldados desmobilizados, e analisar até que ponto tais programas reduzem as mortes e ferimentos e melhoram a segurança e a seguridade de pessoas e comunidades. Os atores do desenvolvimento deverão ter interesse nesses esforços, que podem ter repercussões positivas sobre a economia, a qualidade de vida dos beneficiários e os níveis de êxito do processo de desenvolvimento.



## SMALL ARMS SURVEY 2003

## 4. ANEXOS

## Anexo 4.1 Explorando a relação entre homicídios por armas de fogo e pobreza

	% da população c/renda de menos de US\$2/dia - (2000)	Índice Desenvolvimento Humano* (2002)	Coefficiente de Gini** (ano)	Índice de homicídios por armas de fogo por 100.000 (2000)
África do Sul	35,8	0,695	59,3 (1994)	74,57
Alemanha	0	0,925	30,0 (1994)	0,47
Austrália	0	0,939	35,2 (1994)	0,31
Azerbaijão	9,60	0,741	36,0(1995)	0,22
Bahamas	2,00	0,826	ND	6,23
Belarus	2,00	0,788	21,7 (1998)	3,31
Canadá	0	0,940	31,5 (1994)	0,54
Colômbia	28,7	0,772	57,1 (1996)	51,77
Costa Rica	23,3	0,820	45,9 (1997)	3,38
Dinamarca	0	0,926	24,7 (1992)	0,26
Eslováquia	2	0,835	19,5 (1992)	2,17
Estônia	5,20	0,826	37,6 (1998)	1,53
Hong Kong	0	0,888	ND	0,01
Índia	86,2	0,577	37,8 (1997)	0,93
Japão	0	0,933	24,9 (1993)	0,03
Lesoto	15,3	0,535	56,0 (1987)	24,54
Letônia	8,30	0,800	32,5 (1998)	1,26
Lituânia	7,8	0,808	32,4 (1996)	2,25
México	34,8	0,796	51,9 (1995)	3,66
Moldova	38,4	0,701	40,6 (1997)	0,47
Nova Zelândia	0	0,917	ND	0,47
Portugal	2,00	0,880	35,6 (1994)	0,84
Quirguistão	15,0	0,712	40,5 (1997)	0,68
Reino Unido	0	0,928	36,0 (1991)	0,12
República Tcheca	2,00	0,849	25,4 (1996)	2,07
Sri Lanka	45,4	0,741	34,4 (1995)	3,02
Suécia	0	0,941	25,0 (1992)	0,20
Suíça	0	0,928	33,1 (1992)	0,56
Tadjiquistão	25,0	0,667	ND	9,16
Tailândia	28,2	0,762	41,4 (1998)	8,47
Uruguai	6,6	0,740	42,3 (1989)	2,52
Zimbábue	64,2	0,551	56,8 (1991)	4,75

Nota: \* Expectativa de vida ao nascer, índice de alfabetização acima de 15 anos, matrícula no ensino primário, secundário e universitário e poder de compra per capita.

\*\* 0 = perfeita igualdade de renda, 100 = perfeita desigualdade.

Fonte: PNUD (2002); ONU (1998A; atualização em 2000 somente em linha); Banco Mundial.

**Anexo 4.2 Constações paradoxais: Estatísticas da Interpol em 54 países**

Classificação dos países mais inseguros por homicídio e roubo armado como % de todos crimes registrados	Crimes registrados (homicídios e roubos armados) como % de todos crimes registrados	Classificação dos países mais inseguros segundo segundo número de ocorrências criminais registradas (por 100,000)*	Classificação dos países mais seguros segundo número de ocorrências criminais registradas (por 100.000)
Nepal	36.7	Federação Russa	Nepal
Albânia	28	Noruega	Mianmar
Equador	20.7	Dominica	Vietnã
África do Sul	13	Finlândia	Indonésia
Estônia	9.6	Canadá	Senegal
Angola	9.3	Alemanha	Angola
Hong Kong	7	Suíça	Azerbaijão
Belarus	6.2	África do Sul	Albânia
Paraguai	6.2	Austrália	Argélia
Espanha	5.6	França	Etiópia
Uganda	5.2	Zimbábue	Paquistão
Indonésia	5	Hungria	Uganda
Vietnã	4.9	Suazilândia	Paraguai

Note: \* According to Interpol (1999), 'criminal incidents' include homicide; sex offences (including rape); theft (of all kinds); aggravated theft; armed robbery; breaking and entering; motor car theft; other theft; fraud; counterfeit currency offences; and drug offences.

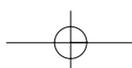
Source: Interpol (2001)

**4. LIST OF ABBREVIATIONS**

CASA	Co-ordinating Action on Small Arms
CINEP	Centro de Investigacion Nacional Popular
CMR	Civil–military relations
COI	Cost of illness
CV	Contingent valuation
DDA	Department of Disarmament Affairs
DDR	Disarmament, demobilization, and reintegration
DECOSAC	Development Co-operation and Small Arms Control
DFID	Department for International Development (UK)
DPA	Department of Political Affairs
DPKO	Department for Peace Keeping Operations
DR	Demobilization and reintegration

**SMALL ARMS SURVEY 2003**

DRC	Democratic Republic of Congo
EU	European Union
FAFO	Forskningsstiftelsen
FDI	Foreign direct investment
GTZ	German Technical Co-operation
HDI	Human Development Index
IANSA	International Action Network on Small Arms
ICVS	International Crime Victimization Survey
IFI	International Financial Institution
IGO	Inter-governmental organization
IOM	International Organization of Migration
IPIFA	Injury Prevention Initiative for Africa
MDTF	Multi-Donor Trust Fund
MLC	Liberation Movement of Congo
MONUC	United Nations Organisation Mission in the Democratic Republic of Congo
NGO	Non-governmental organization
NISAT	Norwegian Initiative on Small Arms Transfers
ODA	Overseas development assistance
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
OSCE	Organization for Security and Co-operation in Europe
SADF	South African Defence Force
SSR	Security sector reform
UNSECOORD	United Nations Security Coordinator
WHO	World Health Organization
UNDCCP	United Nations Department for Crime Control and Prevention
UNICRI	United Nations Institute for Crime Research
WTP	Willingness to pay



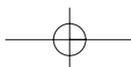
## 4. ENDNOTES

- <sup>1</sup> Tiroteios massivos, na Europa, foram relatados em Budapeste (Hungria), Erfurt (Alemanha), Nanterre (França) e Zug (Suíça), em 2001. O assassinato do Sr. Pim Fortuyn, político holandês de direita, em abril de 2002, e de um alto funcionário do Ministério do Trabalho na Itália, em maio de 2002, intensificaram com a discussão sobre controle de armas na Europa (McNeil, 2002).
- <sup>2</sup> Gleditsch e Stand (2001) definem "conflito armado" como "incompatibilidade contestada envolvendo governo e território, ou ambos, na qual o uso da força armada entre duas partes resulta em pelo menos 25 mortes relacionadas com combates. Dessas duas partes, pelo menos uma é o governo de um estado.
- <sup>3</sup> Muggah e Batchelor (2002) fornecem uma definição de "violência social", que abrange explosões criminosas, internas e outras formas mutuamente destrutivas, entre grupos e indivíduos, que não atingem a dimensão de "conflito".
- <sup>4</sup> Foram 467 menores de idade os mortos de ferimentos provocados por balas no conflito israelo-palestino entre 1987 e 2001. Mas as armas de fogo mataram pelo menos 3937 jovens, no mesmo período, apenas no estado do Rio de Janeiro (Viva Rio, 2002). Apesar da abundância de armas de fogo em ambas regiões, os índices elevados de violência armada não dependem sempre e necessariamente de índices elevados de posse de armas, como demonstra o caso do fêmên.
- <sup>5</sup> Comunicação pessoal de Paul Collier (Janeiro 2002) e de Frances Stewart (novembro 2002).
- <sup>6</sup> Ver [www.isanet.org/archive/npg.html](http://www.isanet.org/archive/npg.html) para detalhes sobre o histórico dos conflitos armados entre 1946 e 1999. Ver também Wallenstein e Sollenberg (2000) quanto à análise mais detalhada dos conflitos armados entre 1990 e 2000.
- <sup>7</sup> Ver PNUD - UNDP (2002). O IDH é um índice composto que inclui expectativa de vida ao nascer, nível de alfabetização de adultos, número de alunos matriculados nos três graus de ensino e PIB por pessoa. Foi criado pelo PNUD em 1990 para captar uma interpretação mais ampla de desenvolvimento humano do que o registrado anteriormente por meio de índices monetários ou de renda familiar.
- <sup>8</sup> Ver também o Integrated Network for Society Conflict Research, em [www.cidem.umd.edu/inscr/](http://www.cidem.umd.edu/inscr/)
- <sup>9</sup> Importante conferência foi realizada em 1998 com o título de "Desarmamento Sustentável para um Desenvolvimento Sustentável".
- <sup>10</sup> O debate sobre a conversão foi retomado em 1998 depois de a Assembleia haver criado uma comissão dirigente constituída pelo Subsecretário Geral para Assuntos de Desarmamento, pelo Subsecretário Geral para Assuntos Econômicos e Sociais e pelo administrador do PNUD. O Subsecretário Geral de Manutenção da Paz foi convidado, a convite da comissão dirigente, para a sessão inaugural, em maio de 1999. A comissão examinou questões como a conversão, a prevenção de conflitos, causas de conflitos e aquisição de armas, medidas práticas de desarmamento após os conflitos, despesas militares, o papel de outros departamentos das Nações Unidas... (inclusive) o Banco Mundial, acontecimentos internacionais importantes na questão do desarmamento e do desenvolvimento, as lições aprendidas pelo PNUD e pelo Departamento de Operações de Paz em situações de pós-conflito (UNGA 2000A).
- <sup>11</sup> Por exemplo, um relatório independente publicado em 2002 concluía que o custo econômico da redução de exportações são relativamente baixos e em grande parte incorridos uma só vez e que os postos de trabalho perdidos na exportação de bens militares seriam mais que compensados pelo maior crescimento do emprego no setor civil. No que diz respeito ao Reino Unido, o relatório estima que o balanço dos argumentos sobre exportações militares depende principalmente de considerações não-econômicas (Chalmers *et al.*, 2001; Mephram, 2002).
- <sup>12</sup> As pesquisas iniciais avaliavam a severidade de uma guerra segundo os números absolutos de mortes relacionadas com combates. Ficou demonstrado que esse tipo de medida era por demais insuficiente para avaliar o impacto de um conflito sobre o desenvolvimento, pelo fato de o fardo mais pesado da guerra ser devido a custos secundários como doenças e desnutrição. (Ghobarah, Huth, e Russett, 2001).
- <sup>13</sup> O Small Arms Survey, o Centre for Humanitarian Dialogue, Johns Hopkins University e a OMS iniciaram uma pesquisa em larga escala, estendendo-se sobre vários anos, dos impactos e dos riscos das armas leves sobre os funcionários de mais de dez agências humanitárias e de desenvolvimento. O instrumento mais importante da pesquisa, um survey, foi elaborado de setembro a dezembro de 2001, e implementado de junho a novembro de 2002. Os resultados serão divulgados em junho de 2003.
- <sup>14</sup> Na Colômbia, por exemplo, o Conselho Judicial Superior, baseado em pesquisa de 1997, estima que 63% dos crimes não são declarados e que 40% dos crimes declarados são impunes. Ver o Small Arms Survey 2002 (p.158), para uma revisão abrangente de algumas dificuldades relacionadas à coleta de dados sobre o impacto da disponibilidade e utilização de armas leves.
- <sup>15</sup> Os dados estão muitas vezes indisponíveis para os 57 indicadores principais escolhidos para as avaliações por país na ONU. De fato, em mais de 90 países, não há dados sobre alfabetização de jovens; e para 66 países em desenvolvimento, não existem dados recentes sobre pobres que têm renda de até US\$ 1 por dia. Apenas para 117 países existem dados sobre crianças com baixo peso até cinco anos (PNUD - UNDP 2000:142-3).
- <sup>16</sup> As assim chamadas causas externas de morte incluem circunstâncias ou condições ligadas à ocorrência de ferimentos, envenenamento e violência.
- <sup>17</sup> A violência entre pessoas, inclusive ferimentos auto-infligidos e ferimentos em guerra, estão entre as cinco maiores causas de morte em pessoas entre 15 e 44 anos; estima-se que ferimentos e violência contribuam com até 15% dos atendimentos no mundo em desenvolvimento. Esse número talvez seja maior, pois muitas vítimas não-fatais de ferimentos por armas de fogo são frequentemente omitidas nas estatísticas nacionais em razão da falta de acesso a serviços básicos, à insegurança generalizada ou porque os ferimentos dificultam a mobilidade. Ver Small Arms Survey (2002) e OMS - WHO (2001).
- <sup>18</sup> Como está relatado pelo Small Arms Survey (2002:165), os tipos de ferimentos que mais provavelmente se transformarão em deficiência permanente são aqueles infligidos por balas fragmentadas dos M-16 israelenses.
- <sup>19</sup> O Programa da Violência e Danos da OMS, em colaboração com o Small Arms Survey, iniciou um estudo com três anos de duração para expor os efeitos sanitários diretos da violência armada e as conseqüências indiretas sobre o bem estar econômico e social. A pesquisa também vai proporcionar uma melhor compreensão dos principais determinantes da violência armada, realçando a investigação daquilo que pode ser modificado através de programas e diretrizes preventivos. Por fim, a pesquisa pretende demonstrar a eficácia de programas que, implícita ou explicitamente, têm por objetivo reduzir a violência armada.
- <sup>20</sup> Extraído do Barômetro Latino e citado em Londono e Guerrero (1999:6).
- <sup>21</sup> Ver, por exemplo, Cook, Moore e Braga (2001); Hemenway e Miller (2000); Killias, Van Kesteren e Rindlisbacher (2001), e Duggan (2000).
- <sup>22</sup> Segundo pesquisas sobre criminalidade na América Latina, o aumento da desigualdade da renda tem relação direta com o aumento dos índices de criminalidade (Londono e Guerrero, 1999; ver também nota 23). Ehrlich (1996) também criou alguns modelos econômicos inovadores para avaliar o comportamento criminoso.
- <sup>23</sup> Para uma recapitulação dos estudos que tentam corroborar a relação entre criminalidade e pobreza, consultar o Banco Mundial em [www.worldbank.org/poverty/inequal/abstracts/violence.htm](http://www.worldbank.org/poverty/inequal/abstracts/violence.htm)



### SMALL ARMS SURVEY 2003

- <sup>24</sup> Em Barbados, por exemplo, penas mais altas foram estabelecidas para crimes com armas de fogo, e a polícia da ilha está criando uma unidade para tratar de armas de fogo ilegais.
- <sup>25</sup> Quando se comparam longitudinalmente as constatações podem ser paradoxais. Por exemplo, um exame dos dados da Interpol entre 1995 e 2000 indica entre as regiões mais seguras (medidas pelo número de incidentes criminosos por 100.000 habitantes) Albânia, Angola, Indonésia, Mianmar e Paquistão. Segundo o mesmo critério, as regiões mais perigosas incluem o Canadá, a Finlândia, a Alemanha, a Noruega, a Federação Russa e a Suíça. Todavia, uma imagem mais realista surge de uma avaliação da proporção de todos os crimes envolvendo homicídio e roubo. A utilização de critérios mais específicos indica que a Albânia, Angola, Equador, Estônia, Nepal e África do Sul mostram as taxas mais elevadas de crimes violentos (Ver Anexo 4.2).
- <sup>26</sup> Os dados são tirados de uma pesquisa com grupo em duas etapas realizada pela Non Violence International entre dezembro de 2002 e janeiro de 2002. Os dados completos serão publicados em 2003.
- <sup>27</sup> Também se realçou o fato de a capacidade da polícia e do aparelho de segurança ser fraca quando comparada à dos grupos armados dotados de armamento sofisticado. Recente declaração governamental concordou com os dados apresentados, acrescentando (não sem controvérsias) que o "roubo com armas, sob todas suas formas, constitui-se no maior perigo para a segurança nos estados da Grande Darfur, com a proliferação de armas leves nas mãos dos cidadãos, resultado da guerra nos estados vizinhos, do comércio de armas e da facilidade de obtenção de armas." (Al-Ray al-Am, 2001).
- <sup>28</sup> Ver [www.ciponline.org/colombia/background](http://www.ciponline.org/colombia/background) para uma lista completa de fontes e para dados atualizados sobre a Colômbia.
- <sup>29</sup> Dada a tradição da caça na região, acredita-se que, em sua maioria, os ferimentos tenham sido causados por armas de caça e foram tratados muitas vezes fora dos hospitais.
- <sup>30</sup> O Small Arms Survey (2002) relata que a indústria da segurança privada está estimada em US\$ 100 bilhões e deve alcançar US\$ 400 bilhões por volta de 2010. Consultar EIU (2002) para um exame mais profundo dos custos da insegurança relacionada com armas de fogo em determinados segmentos privados.
- <sup>31</sup> A pesquisa participativa sobre os efeitos do mau uso das armas leves no Sudeste Asiático foi realizada por pesquisadores da região entre abril e novembro de 2002. Os resultados serão publicados por Non-Violence International e pelo Small Arms Survey em 2003.
- <sup>32</sup> A maioria das armas usadas na criminalidade em Duala é de pistolas, das quais 75% são supostamente fornecidas por membros da polícia, da *gendarmérie* e de órgãos militares. Quando o Secretário de Estado da Defesa reconvoceu 300 soldados da *gendarmérie* designados para dar proteção a ministros e altos funcionários, mais de 50% (169) não puderam dar contas de suas armas.
- <sup>33</sup> Ver, por exemplo, estudo recente cobrindo 11 países, mostrando como a desigualdade da mulher varia enormemente (Filmer, 1999).
- <sup>34</sup> Ver, por exemplo, UNICEF (2002), e a Coalition to Stop the Use of Children Soldiers ([www.child-soldiers.org/report2001.global\\_report\\_contents.html](http://www.child-soldiers.org/report2001.global_report_contents.html)).
- <sup>35</sup> Segundo o Banco Mundial (World Bank, 2001c:19) os níveis líquidos de matrícula primária (indicador mais comumente utilizado para medir a matrícula escolar) só estão disponíveis para cerca de 50 países em desenvolvimento, relativamente aos anos 1990-2000, "insuficientes para alcançar agregados confiáveis por região ou países".
- <sup>36</sup> Pesquisa recente revelou que a "acumulação líquida de capital humano" na América Latina e no Caribe havia caído pela metade em razão do aumento da criminalidade e da violência nos últimos 15 anos" (Londono, 1996).
- <sup>37</sup> Todavia o Banco Mundial (2001C) trata da questão dos conflitos armados para redução da pobreza (ver pg.11,50 e 80). Especificamente, observa que "a ação internacional para reduzir o acesso a recursos que financiam conflitos e reduzem o comércio internacional de armamentos (...) constitui-se em um dos setores mais urgentes para ação, afetando alguns dos povos mais pobres do mundo".
- <sup>38</sup> Ver, por exemplo, World Bank (2000) para uma discussão das atividades do banco no financiamento de tais projetos.
- <sup>39</sup> Por exemplo, o primeiro comboio comercial no rio Congo desde o início das hostilidades na RDC em 1999, deixou o porto da capital, Kinshasa, em 22 de julho de 2002. As duas barcaças, transportando cerca de 1000 toneladas de equipamento para madeireiras, combustível e outras mercadorias, atravessou uma região controlada pelo Movimento de Libertação do Congo (MLC), antigo movimento rebelde. As barcaças foram escoltadas por uma missão de manutenção da paz da ONU na RDC, (conhecida por sua sigla em francês, MONUC) para garantir sua segurança e facilitar uma passagem segura pelos pontos de controle (IRIN, 2002).
- <sup>40</sup> O valor anual da produção e exportação pecuária no Chifre da África tem sido estimado em bem mais de US\$ 100 milhões por ano. Recente relatório sobre criadores pastoris no Quênia (SALIGAD, 2000) observa que pelo menos 47% das pessoas entrevistadas na região de Turkana declararam que haviam perdido seu gado devido a assaltos, e por isso "muitos substituíram o comércio de gado pelo comércio de armas".
- <sup>41</sup> Comunicação pessoal com John Hart, em 2002, em Kinshasa, RDC, e com Helga Rainer em 2002, em Kampala, Uganda. O Small Arms Survey encomendou uma pesquisa em 2002 sobre caça predatória e práticas conservacionistas na região dos Grandes Lagos da África ao sul do Saara. As conclusões estarão disponíveis em 2003.
- <sup>42</sup> Todavia, existem exceções notáveis. Apesar das estatísticas criminais espetaculares da África do Sul, apenas a Colômbia se aproxima do índice de 59 homicídios por 100.000 da África do Sul. No entanto, este país atraiu US\$ 9 bilhões em investimentos diretos desde 1994. A Colômbia foi o maior receptor de investimentos externos na Comunidade Andina na metade dos anos 90. O investimento alcançou US\$ 2,4 bilhões em 2000, recuperando-se em relação a 1999 mas bem abaixo do recorde histórico de US\$ 5,6 bilhões em 1997 (EIU, 2002).
- <sup>43</sup> As agências de classificação de riscos também apóiam a existência de uma relação entre a volatilidade política e do capital, de um lado, e a deterioração econômica por outro lado. Ver, por exemplo, o trabalho de Erb, Campbell e Tadas (1996).
- <sup>44</sup> Ver, por exemplo, a pesquisa realizada por FAFO (2002) em [www.fafono.piccr/background.htm](http://www.fafono.piccr/background.htm).
- <sup>45</sup> Nos Estados Unidos, por exemplo, o custo estimado para os contribuintes dos casos de homicídio resultantes da maior incidência de mortes em assaltos é de cerca de US\$ 2,4 bilhões por ano. Uma em cada dez escolas secundárias hoje checa aleatoriamente os alunos com detectores de metal (Cook e Ludwig, 2002A).
- <sup>46</sup> Como observam Cook e Ludwig (2002A:91) "para as famílias, o maior investimento em maior segurança contra violência é (...) a decisão sobre onde viver. A escolha de um bairro e de escolas seguras possivelmente será com sacrifício do espaço, do longo trajeto e da perda das vantagens culturais dos bairros centrais. Pesquisas mostram que a taxa de migração para fora de bairros centrais é altamente sensível à taxa de homicídios".
- <sup>47</sup> P.exemplo, a Comissão Eleitoral nas Filipinas regularmente edita a proibição de armas em período eleitoral para reduzir a violência e como pretexto para desarmamento.
- <sup>48</sup> Para uma contribuição importante ao debate sobre o ônus das armas de fogo para crianças, ver *The Future of Children* (2002).
- <sup>49</sup> Por exemplo, adolescentes entre 10 e 19 anos constituem 21,9% da população na América Latina e no Caribe, indo de 17% no Uruguai até 26% em El Salvador, enquanto na América do Norte são 13,7%. Citado em Moser e van Bronkhorst (1999).
- <sup>50</sup> Ver, por exemplo, Unicef Action Appeals em [www.unicef.org/emerg/Appeals.html](http://www.unicef.org/emerg/Appeals.html)
- <sup>51</sup> Um estudo de Hemenway, Tomoko e Miller (2002), por exemplo, buscava determinar a associação entre disponibilidade de armas de fogo e o número de homicídios de mulheres em 25 países ricos,



## DESENVOLVIMENTO

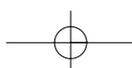
- entre 1991 e 1999. Revelou-se que os Estados Unidos eram responsáveis por 70% dos homicídios de mulheres, e por 84% dos homicídios registrados de mulheres por arma de fogo. A pesquisa concluiu que em países ricos, o aumento da disponibilidade de armas de fogo nos lares levou ao aumento do número de vítimas femininas de homicídios. Tais estudos realçam a experiência diária sobre a violência relacionada a armas de fogo contra mulheres, mesmo em sociedades estáveis sob outros aspectos.
- <sup>52</sup> Também foram realizadas pesquisas em 46 outras cidades, entrevistando mais de 200.000 pessoas, sendo pouco menos de metade em países em desenvolvimento. O levantamento incluía perguntas sobre posse de armas de fogo, uso de armas de fogo e tipos de armas usadas.
- <sup>53</sup> Doadores, como o Department for International Development (DFID) do Reino Unido também começaram a intervir, na tentativa de aumentar o nível de conhecimento sobre segurança, a capacitação e a assistência técnica para pessoal de campo, a fim de melhorar seu planejamento de contingência. O Security Management System e a Coordenação de Segurança da ONU também criaram Padrões Mínimos de Segurança Operacional, e Padrões Mínimos de Segurança nas Telecomunicações, para reduzir a ameaça da violência armada.
- <sup>54</sup> Seguindo as diretrizes de 1997, os governos da OCDE renovaram seu compromisso de priorizar a prevenção de conflitos e de levar em conta a relação entre segurança e desenvolvimento. Também concordaram em investir no fortalecimento de processos de paz, no estabelecimento de parcerias entre os estados e a sociedade civil e "trabalhar com o setor privado para evitar a alimentação da violência e para realçar a coordenação entre doadores e a coerência de diretrizes". (OECD, 2002:3).
- <sup>55</sup> Pesquisadores que trabalham com desenvolvimento e desarmamento têm produzido obras, em número cada vez maior, sobre desenvolvimento preventivo, reforma do setor de segurança e reconstrução após conflitos. Além disso, governos doadores, instituições financeiras internacionais (IFIs), organizações intergovernamentais (IGOs) e as Nações Unidas criaram unidades especializadas e comissões para tratar da questão de segurança e desenvolvimento.
- <sup>56</sup> Segundo a DFID, do Reino Unido (2001:2), "a segurança é uma condição essencial do desenvolvimento sustentável e importante preocupação para os pobres (...) Existe um consenso crescente de que a segurança deve ser abordada tanto na perspectiva de proteger pessoas e comunidades contra a violência como também segundo o grau em que as despesas com defesa fazem diminuir as despesas com desenvolvimento.
- <sup>57</sup> Ver também a Declaração de Copenhague da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social (UN, 1995b), Agenda da Paz (UN, 1992), a Comissão sobre Governabilidade Global (1995), e, do Banco Mundial, *Comprehensive Development Framework* (World Bank, 2000).
- <sup>58</sup> O "Consenso de Monterrey", como foi chamado, previa o aumento e progressos na gestão dos IDE e da ajuda direta ao desenvolvimento (UN, 2002). Ver, por exemplo, [www.un.org/esa/ffd](http://www.un.org/esa/ffd)
- <sup>59</sup> O acordo na União Européia de atingir 0,39% do PIB como média vai proporcionar mais US\$ 7 bilhões até 2006, e deixará disponíveis outros US\$ 20 bilhões no período 2000-2006. Mas esse compromisso representa apenas 50% da meta da ONU, e não é legalmente obrigatório. A promessa dos Estados Unidos, após ser retificada alguns dias depois de seu anúncio inicial, consiste em três parcelas anuais: US\$1,6 bilhão no ano 1, US\$ 3,2 bilhões no ano 2, e US\$ 5 bilhões no ano 3, um total de US\$ 9,8 bilhões. Autoridades americanas confirmaram que os US\$ 5 bilhões extra se tornariam um aumento permanente nos anos vindouros. Como não está vinculado a um percentual do PIB, é difícil mensurar o esforço dos Estados Unidos em termos de riqueza nacional. Além do mais, a ajuda é acompanhada de condições rigorosas. Para uma crítica dos acordos, ver [www.bond.org.uk](http://www.bond.org.uk).
- <sup>60</sup> O governo dos Estados Unidos, por exemplo, apresentou um orçamento de US\$ 2, 13 *trilhões* em outubro de 2001, que se apresentava numa encadernação vermelha-branca-e-azul, mostrando pela primeira vez fotos a cores de armas e de americanos "comuns". Está projetado um crescimento da despesa da Defesa em US\$ 48 bilhões, ou 12% (US\$ 331 bilhões em 2002, e 379 bilhões em 2003) o maior aumento em 20 anos, enquanto as despesas de segurança no país crescem 111%, para US\$ 37,7 bilhões. Ao contrário, os fundos para centenas de programas, inclusive na educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, serão reduzidos. Ver, por exemplo, [www.news.bbc.co.uk/hi/english/business/newsid\\_180000/1800954.stm](http://www.news.bbc.co.uk/hi/english/business/newsid_180000/1800954.stm)
- <sup>61</sup> Um estudo de acompanhamento foi publicado em 1996 sobre a Etiópia, a Namíbia e Uganda (Colletta, Kostner e Wiederhofer, 1996).
- <sup>62</sup> As diretrizes da OCDE (2002:129-47), por exemplo, se por um lado esboçam os déficits dos "esquemas de retrocompra", não mostra o recolhimento e a destruição de armas leves como prioritários na reconstrução pós-conflito. O Banco Mundial também declara que a desmobilização bem sucedida e a reabilitação são prioridades explícitas, antes do controle de armas leves. Comunicação particular com Kuroda, PC-World Bank, fevereiro de 2002.
- <sup>63</sup> A publicação da OSCE de 2000, *Document on Small Arms and Light Weapons*, aprovada por 55 países, inclui um capítulo sobre gestão de estoques e destruição de armas. A Partnership for Peace (PfP) da OTAN ampliou seu fundo para destruição de minas terrestres antipessoal para nele incluir armas pequenas e leves, estimulando os países PfP a comprometer-se na destruição de excedentes e no treinamento em DDR, e a apoiar financeiramente esses esforços. Ver o componente armas pequenas e leves da PfP da OTAN em [www.nato.int/pfp/docu/pwp0001/pwp0001.htm](http://www.nato.int/pfp/docu/pwp0001/pwp0001.htm)
- <sup>64</sup> Ver, por exemplo, o Bureau for Conflict Prevention and Response, em [www.undp.org/erd/smallarms](http://www.undp.org/erd/smallarms)
- <sup>65</sup> Será realizado através do fortalecimento do regime de controle de armas e da criação de um consenso internacional a favor de medidas mais enérgicas contra a proliferação, assim como maior apoio a programas práticos em países em desenvolvimento importantes para reduzir o volume de armas em circulação.
- <sup>66</sup> Os programas focalizam o fortalecimento do controle democrático das forças de segurança, a promoção da capacitação dos soldados em direitos humanos, a formulação de diretrizes coerentes para forças de segurança, o apoio à reforma judicial, assim como da reforma constitucional e da legislação, e a melhoria dos controles alfandegários e fronteiriços. Ver, por exemplo, [www.gtz.de/smallarms/english](http://www.gtz.de/smallarms/english). O programa Decosac atualmente apoia três atividades principais: o HelpDesk for Practical Disarmament ([www.disarmament.de](http://www.disarmament.de)), o projeto SALIGAS no Chifre da África ([www.saligad.org](http://www.saligad.org)) e o programa financiado pela União Européia no Camboja.
- <sup>67</sup> Ver, por exemplo, [www.gtz.de/smallarms/deutsch/kontakt.html](http://www.gtz.de/smallarms/deutsch/kontakt.html)
- <sup>68</sup> Ver Latham (2002) para detalhes sobre verbas de ODA com armas leves por doadores importantes, bilaterais e multilaterais.
- <sup>69</sup> As abordagens adotadas pela comunidade humanitária são passadas em revista em Muggah e Griffiths (2002) e no *Small Arms Survey 2002*. Elas incluem a redução de fornecimentos a regimes que violam regularmente os direitos humanos, a aplicação da lei humanitária em sociedades afetadas pela violência e reformas operacionais para melhorar a segurança das equipes de campo.
- <sup>70</sup> Ver também a Cut Conflict Campaign da Oxfam-GB, em [www.oxfam.org.uk/campaign/cutconflict](http://www.oxfam.org.uk/campaign/cutconflict), e o site da World Vision-UK, em [www.worldvision.org.uk/world\\_issues/peace\\_building/small\\_arms.html](http://www.worldvision.org.uk/world_issues/peace_building/small_arms.html).



## SMALL ARMS SURVEY 2003

### 4. BIBLIOGRAPHY

- Adelman, Irma and Cynthia Morris. 1967. *Society, Politics and Economic Development*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Alpers, Philip and Twyford Connor. 2003. *Small Arms in the Pacific*. Occasional Paper No. 8. Geneva: Small Arms Survey. March.
- Al-Ra'Y Al-Am*. 2001. 'Sudan: Minister Warns of Dangers of Small Arms Proliferation and Armed Robbery.' IRIN. 15 May.
- Altbeker, Antony. 1999. *Guns and Public Safety: Gun-crime and self defence in Alexandra and Bramley, January – April 1997*. Pretoria: Gun Free SA.
- Amowitz, Lynn, et al. 2002. 'The Prevalence of War-Related Sexual Violence and Other Human Rights Abuses Among Internally Displaced Persons in Sierra Leone.' *Journal of the American Medical Association*. Vol. 287, No. 4. 23–30 January, pp. 513–21.
- Annan, Kofi. 2000. *We the Peoples: The Role of the United Nations in the 21st Century*. New York: UN.  
<<http://www.un.org/millennium/sg/report/>>
- Atanga, Mufor. 2002. *Small Arms and Criminality in Cameroon*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Auvinen, Juha. 1997. 'Political Conflict in Less Developed Countries 1981–89.' *Journal of Peace Research*, Vol. 34, No. 2, pp. 177–95.
- Ayers, Robert. 1998. *Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank.
- Azam, Jean-Pierre. 2001. 'The Redistributive State and Conflicts in Africa.' *Journal of Peace Research*, Vol. 38, No. 4, pp. 429–44.
- Ball, Nicole. 2001. 'Transforming Security Sectors: the IMF and World Bank Approaches.' *Conflict, Security & Development*. Vol. 1, No. 1.
- , 2002. *Small Arms and Security Sector Reform*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- , and Dylan Hendrickson. 2002. *Off-Budget Military Expenditures and Revenue: Issues and Policy Perspectives for Donors*. CSDG Occasional Paper 1. London: Kings College.
- Bayart, Jean-François. 1999. *The Criminalisation of the State in Africa*. London: James Currey.
- Bhalla, S. 2000. *Growth and Poverty in India: Myth and Reality*. Mimeo <<http://www.oxusresearch.com/economic/asp>>
- BICC (Bonn International Center For Conversion). 1998. *Converting Defense Resources to Human Development*. BICC Report 12. Bonn: BICC. <<http://www.bicc.de/general/report12/content.html>>
- , 2002. *Gender Perspectives on Small arms and Light Weapons: Regional and International Concerns*. Brief 24. Bonn: BICC.
- Brauer, Jürgen. 1990. 'Reviving or Revamping the Disarmament-for-Development Thesis.' *Bulletin of Peace Proposals*, Vol. 21, No. 2, pp. 307–19.
- , and William Gissy, eds. 1997. *Economics of Conflict and Peace*. Aldershot, UK: Avebury Press.
- Brown, Sheryl and Kimber Schraub, eds. 1992. *Resolving Third world Conflict: Challenges for a New Era*. Washington, DC: US Institute of Peace Press.
- Carneiro, L. 2000. *Violent Crime in Latin American Cities: Rio de Janeiro and São Paulo*. Research report. São Paulo: University of São Paulo.
- CGIAR (Consultative Group on International Agriculture Research). 1999. 'Future Harvest.' News release. Washington, DC: World Bank.
- Chalmers, Malcolm, Neil Davies, Keith Harley, and Chris Wilkinson. 2001. *The Economic Cost and Benefits of UK Defence Exports*. Research Monograph Series 13. York: Centre for Defence Economics, University of York.
- Coalition to Stop the Use of Child Soldiers. 2001. *Global Report on Child Soldiers 2001*. London: CSUCS.
- Cock, Jacklyn. 1998. 'Light Weapons Proliferation: The Link Between Security and Development.' In Jacklyn Cock and Penny McKenzie, eds. *From Defence to Development: Redirecting Military Resources in South Africa*. Cape Town: David Philip Publishers.
- , 2001. 'The Gendered Dynamics of Armed Conflict and Political Violence.' In Caroline Moser and Fiona Clark, eds. *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London: Zed Books.
- Cohen, Roberta and Francis Deng. 1998. *Masses in Flight*. Washington: Brookings Institute.
- Colletta, Nat and Michelle Cullen. 2000. *Violent Conflict and the Transformation of Social Capital: Lessons from Cambodia, Rwanda, Guatemala and Somalia*. Washington, DC: World Bank.
- , and Markus Kostner. 2000. 'Reforming Development Cooperation from Reconstruction to Prevention.' In International Committee of the Red Cross, *Forum: War, Money, and Survival*. Geneva: ICRC, p. 100.
- , and Markus Kostner and Ingo Wiederhofer. 1996. 'Case Studies In War-to-Peace Transition: The Demobilisation and Reintegration of Ex-Combatants in Ethiopia, Namibia, and Uganda.' *World Bank Discussion Paper*. Washington, DC: Africa Technical Department Series, No. 331.
- Collier, Paul. 2000. *Economic Causes of Conflict and Their Implications for Policy*. Washington, DC: World Bank.
- , and David Dollar. 2001. 'Can the World Cut Poverty in Half? How Policy Reform and Effective Aid can Meet International Development Goals.' *World Development*, Vol. 29, No. 11, pp. 1727–1802.
- , and Anke Hoeffler. 1998. 'On Economic Causes of Civil War.' *Oxford Economic Papers*, Vol. 50, No. 4, pp. 563–73.
- Commission on Global Governance. 1995. *Our Global Neighbourhood*. New York: Oxford University Press.
- Cook, Philip and Jens Ludwig. 2002a. 'The Costs of Gun Violence Against Children.' *The Future of Children*, Vol. 12, No. 2, pp. 87–99.  
<<http://www.futureofchildren.org>>
- , 2002b. *Economic and Developmental Costs of Firearm Violence*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- , Mark Moore, and Anthony Braga. 2001. *Gun Control*. Working Paper Series. Durham, NC: Terry Sandford Institute of Public Policy, Duke University.



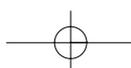
## DESENVOLVIMENTO

- Corrin, C. 2000. *Gender Audit of Reconstruction Programmes in South Eastern Europe*. New York: The Urgent Action Fund and the Women's Commission for Refugee Women and Children.
- Cukier, Wendy. 2002. 'Gendered Perspectives on Small Arms Proliferation and Misuse: Effects and Policies.' In BICC Brief 24. *Gender Perspectives on Small Arms and Light Weapons: Regional and International Concerns*. Bonn: BICC.
- Danieli, Y., ed. 2002. *Sharing the Front Line and the Back Hills: Peacekeepers, Humanitarian Aid Workers and the Media in the Midst of Crisis*. New York: Baywood Publishing.
- Demetriou, Spyros, Robert Muggah, and Ian Biddle. 2002. *Small Arms Availability: Trade and Impacts in the Republic of Congo*. Geneva: Small Arms Survey.
- Dorn, Walter. 2001. 'Small Arms, Human Security and Development', *Development Express*. Ottawa: DFAIT.
- Duffield, Mark. 2001. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books.
- Duggan, Mark. 2000. *More Guns, More Crime*. NBER Working Paper 7967. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Ebo, Adedeji. 2002. *Small Arms and Criminality in Nigeria: Focus on Kaduna State*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Ehrlich, Isaac. 1996. 'Crime, Punishment and the Market for Offenses.' *Journal of Economic Perspectives*, Vol 10, No 1, pp. 43–67.
- EIU (Economist Intelligence Unit). 2002. *Small Arms, Armed Violence and Foreign Direct Investment*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey and FAFO.
- Erb, Claude, Harvey Campbell, and Viskanta Tadas. 1996. 'Political Risk, Economic Risk and Financial Risk.' *Financial Analysts Journal* at <[http://www.duke.edu/~charvey/Country\\_risk/pol/pol.htm](http://www.duke.edu/~charvey/Country_risk/pol/pol.htm)> or Institutional Investor journals at <<http://www.ijrf.com>>
- Eshete, Tibebe and Siobhan O'Reilly-Calthrop. 2001. *Silent Revolution: The Role of Community Development in Reducing the Demand for Small Arms*. Working Paper No. 3. Mississauga, Ontario: World Vision Canada.
- Fajnzylber, Pablo, Daniel Lederman, and Norman Loayza. 1998. *Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An Empirical Assessment*. Washington, DC: World Bank.
- . 2000. 'Crime and Victimization: An Economic Perspective.' *Economia*, Vol. 1, pp. 219–78.
- Farr, Vanessa. 2002. 'A Gendered Analysis of International Agreements on Small Arms and Light Weapons.' In BICC Brief 24. *Gender Perspectives on Small Arms and Light Weapons: Regional and International Concerns*. Bonn: BICC.
- Ferriman, Annabel. 2002. 'Palestinian Territories Face Huge Burden of Disability.' *British Medical Journal*, Vol. 324, No. 9. <<http://bmj.com/cgi/content/full/324/7333/320>>
- Filmer, Deon. 1999. *The Structure of Social Disadvantage in Education: Gender and Wealth*. Policy Research Report on Gender and Development Working Paper Series No 5. Washington, DC: World Bank.
- Fleshman, Michael. 2001. 'Small Arms in Africa: Counting the Cost of Gun Violence.' *Africa Recovery*, Vol. 15, No. 4, p. 1.
- Freeman, Richard. 1995. 'Why do So Many Young American Men Commit Crimes and What Might We Do About It?' *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 10, No. 1, Winter, pp. 25–42.
- The Future of Children*. 2002. 'Children, Youth and Gun Violence.' Vol. 12, No. 12.
- Ghobarah, Hazem, Paul Huth, and Bruce Russett. 2001. 'Civil Wars Kill and Maim People – Long After the Shooting Stops.' Paper delivered to a conference at the Kennedy School of Government, Harvard University, 1–2 December.
- Ginifer, Jeremy. 2003. *DDR, Development and Small Arms*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Gissinger, Robert and Neils Gleditsch. 2000. 'Globalisation and Conflict: Welfare, Distribution and Political Unrest.' *Journal of World Systems Research*, Vol. 5, No. 2, pp. 275–300.
- Gleditsch, Nils and Håvard Strand. 2001. *Armed Conflict 1946–99: A New Dataset*. <<http://www.isanet.org/archive/npg.html>>
- Godnick, William, with Robert Muggah and Camilla Waszink. 2002. *Stray Bullets: The Impact of Small Arms Misuse in Central America*. Occasional Paper No. 5. Geneva: Small Arms Survey. August.
- Goudie, Andrew and Bilin Neyapti. 1999. *Conflict and Growth in Africa: Vol. 3 (Southern Africa)*. Paris: Development Centre for the OECD.
- Gurr, Ted and Robin Giles. 1975. *Conflict and Society*. Ann Arbor, MI: Inter-University Co.
- Hampson, Fen and John Hay. 2002. 'Human Security: A Review of the Scholarly Literature.' Mimeo.
- Hemenway, David and Mathew Miller. 2000. 'Firearm Availability and Homicide Rates Across 26 High-Income Countries.' *Journal of Trauma*, Vol. 49, pp. 985–88.
- Hemenway, David, Tomoko Shinado-Tagwa, and Mathew Miller. 2002. 'Firearm Availability and Female Homicide Victimization Rates in 25 High-Income Countries.' *JAMWA*, Vol. 57, pp. 100–4. <[http://jamwa.amwa-doc.org/vol57/toc57\\_2.htm](http://jamwa.amwa-doc.org/vol57/toc57_2.htm)>
- Hendrickson, Dylan and Andrzej Karkoszka. 2002. 'The Challenges of Security Sector Reform.' In SIPRI, pp. 175–202.
- IFAD (International Fund for Agricultural Development). 2001. *Rural Poverty Report: The Challenge of Ending Rural Poverty*. Oxford: Oxford University Press.
- International Centre for the Prevention of Crime. 1998. *Crime Prevention Digest*. Montreal: ICPC. <<http://www.crime-prevention-intl.org>>
- International Labour Organisation. 2001. *World Employment Report*. Geneva: ILO.
- IMF (International Monetary Fund). 1999. 'Military Spending Continues to Stabilize: Some Countries Increase Social Spending.' *IMF Survey*, Vol. 28, No. 11, pp. 186–88.
- Interpol. 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001. *International Crime Statistics*. Lyon: International Criminal Police Organisation.
- Intriligator, Michael. 1992. 'The Economics of Disarmament as an Investment Process.' *UNIDIR Newsletter*, No. 19, pp. 7–9.



### SMALL ARMS SURVEY 2003

- IPIFA (Injury Prevention Initiative for Africa). 2002. *The Public Health Impact of Small Arms and Light Weapons in Uganda*. Background Report Commissioned by the Small Arms Survey. Geneva: Small Arms Survey.
- IRIN (Integrated Regional Information Network). 2002. 'DRC: First commercial convoy in four years leaves Kinshasa.' 22 July.
- James, Canute. 2002. 'Crime Engulfs Economies in the Caribbean.' *Financial Times*. 19 July.
- Jefferson, Clare and Angus Urquhart. 2002. *The Impact of Small Arms in Tanzania: Results of a Country Study*. ISS Monograph Series, No 70. Pretoria: Institute for Security Studies.
- Jolly, Richard. 2002. *Human Security, Human Development and Small Arms*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Kaufman, Daniel, Aart Kray, and Pablo Zoido-Lobaton. 1999. 'Governance Matters.' Mimeo. Washington, DC: World Bank. <<http://www.globalpolicy.org/soecon/bwi-wto/wbank/govnance.htm>>
- Keen, David. 2001. *Functions of Armed Violence*. Background paper commissioned for the Small Arms Survey. Geneva: Small Arms Survey.
- Killias, Martin, J. Van Kesteren, and M. Rindlisbacher. 2001. 'Guns, Violent Crime and Suicide in 21 Countries.' *Canadian Journal of Criminology*, Vol. 43, pp. 429-48.
- Kingma, Kees, ed. 2000. *Demobilization in Sub-Saharan Africa: The Development and Security Impacts*. London: Macmillan.
- . 2002. *Demobilisation and Reintegration of Ex-combatants in Post-war and Transition Countries Trends and Challenges of External Support*. BICC-GTZ Report. Bonn: BICC. <[http://www.bicc.de/demobil/gtz\\_studien/demob\\_gtz.html](http://www.bicc.de/demobil/gtz_studien/demob_gtz.html)>
- Kleck, Gary and Mark Gertz. 1995. 'Armed Resistance to Crime: The Prevalence and Nature of Self-Defense With a Gun.' *Journal of Criminal Law and Criminology*, Vol. 86, No. 1, pp. 150-87.
- Knack, Stephen and Phillip Keefer. 1997. 'Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation.' *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 112, pp. 1251-88.
- Kobusingye, Olive. 2002. 'The Effects of SALW Proliferation and Abuse in Gulu District, Uganda: A Public Health Approach.' In *BICC Brief 24. Gender Perspectives on Small Arms and Light Weapons: Regional and International Concerns*. Bonn: BICC.
- Kolstad, Ivar and Line Tøndel. 2002. *Social Development and Foreign Direct Investments in Developing Countries*. CMI Report R 2002: 11. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Korb, Lawrence, Kohen Arnold, and Peter Prove. 2002. 'Arms Spending Instead of Basic Aid.' *International Herald Tribune*. 22 August.
- Kumaranyake, Lilani, Anthony Zwi, and Antonio Ugalde. 1997. 'Research Note: Costing the Direct Health Burden of Political Violence in Developing Countries', in Brauer and Gissy, pp. 292-302.
- Latham, Andrew. 2002. *An Overview of Multilateral SALW Programme Funding: Options and Opportunities for Canada*. Report submitted to the International Security Research and Outreach Program, Canadian Department of Foreign Affairs and International Trade, Macalester College, St Paul, Minnesota, 14 March.
- Les, Robert, et al. 2001. *Mortality in Eastern Democratic Republic of Congo*. Atlanta: International Rescue Committee.
- Levitt, Steven and Mauricio Rubio. 2000. *Understanding Crime in Colombia and What Can Be Done About It*. Working Papers Series. Documentos de Trabajo. No. 20. Bogotá: Fedesarrollo.
- Levy, Bary and Victor Sidel. 2000. *War and Public Health*, 2nd edition. Oxford: Oxford University Press.
- Londono, Juan. 1996. 'Violence and Social Capital,' prepared for the Second Annual World Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean. Bogotá, July.
- , and Rodrigo Guerrero. 1999. 'Violencia en America Latina: Epidemiologia y Costos.' Mimeo. Washington, DC: Inter-American Development Bank.
- Lott, John and David Mustard. 1997. 'Crime, Deterrence and Right-to-Carry Concealed Handguns.' *Journal of Legal Studies*, Vol. 26, pp. 1-33.
- Louise, Christopher. 1995. *The Social Impacts of Light Weapons Availability and Proliferation*. UNRISD Discussion Paper 59. Geneva/London: United Nations Research Institute for Social Development/International Alert.
- Luckham, Robin, et al. 2001. *Conflict and Poverty in Sub-Saharan Africa: An Assessment of the Issues and Evidence*. IDS Working Paper 128. Brighton, UK: Institute of Development Studies.
- McNeil, Donald. 2002. 'Not Only in America: Gun Killings Shake the Europeans', *New York Times*. 11 May.
- Mansaray, Fatmata. 2001. *The Invisible Human Rights Abuses in Sierra Leone: Conflict-related Rape, Sexual Slavery and Other Forms of Sexual Violence*. Freetown: UNAMSIL/Physicians for Human Rights.
- Mehrotra, Santosh and Richard Jolly, eds. 1997. *Development with a Human Face*. Oxford: Oxford University Press.
- Mephram, David. 2002. 'We've Given in to the Arms Lobby.' *The Guardian* (Manchester), 24 July, B8.
- Misol, Lisa. 2002. *Playing with Fire: Weapons Proliferation, Political Violence and Human Rights in Kenya*. New York: Human Rights Watch.
- Morrison A. and M. B. Orlando. 1999. 'Social and Economic Costs of Domestic Violence : Chile and Nicaragua.' In Andrew R. Morrison and Maria Loreto Biehl, *Too close to Home: Domestic Violence in the Americas*. Washington, DC: Inter-American Development Bank.
- Moser, Caroline and Bernice van Bronkhorst. 1999. *Youth Violence in Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions*. LCR Sustainable Development Working Paper No 3. Washington, DC: World Bank.
- , and Ailsa Wilson. 2002. *Violence in the Central American Region: Towards and Integrated Framework for Violence Reduction*. ODI Working Paper 171. London: Overseas Development Institute.
- Muggah, Robert. 2001. *But is it a Development Problem? A Developmental Response to Small Arms*. IDS News. Brighton, UK: Institute of Development Studies. <<http://www.ids.ac.uk/ids/news/Archive2001/smallarms.html>>



## DESENVOLVIMENTO

- , and Peter Batchelor. 2002. *Development Held Hostage: Assessing the Effects of Small Arms on Human Development*. New York: UNDP.
- , and Eric Berman. 2001. *Humanitarianism Under Threat: The Humanitarian Impacts of Small Arms and Light Weapons*. Special Report commissioned by the UN Inter-Agency Standing Committee. Geneva/New York: Small Arms Survey/IASC.
- , and Martin Griffiths. 2002. *Reconsidering the Tools of War: Small Arms and Humanitarian Action*. ODI Network Paper 39. London: Overseas Development Institute.
- Murray, Chris, et al. 2002. 'Armed Conflict as a Public Health Problem.' *British Medical Journal*, Vol. 324. 9 February, pp. 346–49.
- Narang, Raymund. 2002. *Participatory Research on Small Arms and Campus Violence in the Philippines*. Background Paper Commissioned by the Small Arms Survey. Geneva: Small Arms Survey.
- OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development). 2001. *The DAC Guidelines: Helping Prevent Violent Conflict*. Brussels: OECD.
- Osava, Mario. 2002. 'Drugs-Brazil: Children Used as Foot Soldiers in Drug Trade.' <<http://www.globalinfo.org>>
- OSCE (Organisation for Security and Cooperation in Europe). 2000. *OSCE Document on Small Arms and Light Weapons*. 308<sup>th</sup> Plenary Meeting, Vienna, November.
- Oxfam-GB. 2001a. 'Study on the Impacts of Small Arms in Mindanao Philippines.' Unpublished paper. Oxford: Oxfam-GB.
- , 2001b. 'Up in Arms: Controlling the International Trade in Small Arms.' Oxfam-GB Paper for the UN Conference on the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects, July.
- Para, Clara Elena. 1997. 'Determinantes de la inversion en Colombia: nueva evidencia sobre el capital humano y la violencia.' Unpublished Thesis. Bogotá: Programa de Economía para Graduados Universidad de los Andes.
- Pearce, David and Kerry Turner. 1990. *Economics of Natural Resources and the Environment*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Portes, Alejandro and Patricia Landolt. 1996. 'The Downside of Social Capital.' *The American Prospect*, Vol. 26. May–June, pp. 18–21. <<http://www.epn.org/prospect/26/26-cnt2>>
- Putnam, Robert. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Quitoriano, Ed and Eric Libre. 2001. 'Reaching for the Gun: The Human Cost of Small Arms in Central Mindanao, Philippines.' *Kasarinlan, Philippine Journal of Third World Studies*, Vol. 16, No 2.
- Ravillion, Mark. 2000. 'Should Poverty Measures be Anchored to the National Accounts?' *Economic and Political Weekly*, Vol. 34, Nos 35 and 36. 26 August–2 September, pp. 3245–52.
- Reiss Velloso, Joao and Roberto Cavalcanti de Alburquerque, eds. 2000. *Pobreza, Cidadania e Seguranca*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Reno, William. 2002. *Arms, Internal War and the Causes of Peace*. Background paper for the Social Science Research Council Workshop Series on Law and International Relations, Washington, DC, 6–7 February.
- Ross, Michael. 2002. 'How Does Natural Resource Wealth Influence Civil War?' Mimeo. <<http://www.polisci.ucla.edu/faculty/ross/HowDoesNat.pdf>>
- Rubio, Mauricio. 1996. 'Crimen y crecimiento en Colombia.' In Inter-American Development Bank, *Hacia un enfoque integrado del desarrollo: etica, violencia y seguridad ciudadana, encuentro de reflexion*. Washington, DC: IADB.
- Sabala, Kizito. 2002. *The Impacts of Crime in Urban and Rural Kenya*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Scharf, Robert. 2002. *Violence, Weapons and Development*. Background paper. Geneva: Small Arms Survey.
- Schumacher, Elizabeth. 1974. *Small is Beautiful. A Study of Economics as if People Mattered*. London: Sphere Books.
- Sen, Amartya. 2002. 'Addressing Global Poverty.' *The World in 2002*. London: The Economist.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2002. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- Sislen, John and Fredric Pearson. 2001. *Arms and Ethnic Conflict*. New York: Rowman and Littlefield.
- Small Arms Survey. 2001. *Small Arms Survey 2001: Profiling the Problem*. Oxford: Oxford University Press.
- , 2002. *Small Arms Survey 2002: Counting the Human Cost*. Oxford: Oxford University Press.
- Soto, Rodrigo and Carlos Uribe, eds. 2001. *El arsenal invisible: armas livianas y seguridad ciudadana en la postguerra centroamericana*. San Juan: Fundacion Arias para la Paz y el Progreso Humano.
- South Africa, Republic of (RSA). 2001. Department of Finance. *Budget Review 2001*. Pretoria: National Treasury, 21 February.
- The Star* (Kuala Lumpur). 2002. 'Police giving top priority to crime involving firearms.' 26 August.
- Stewart, Frances and Valpy Fitzgerald. 2001. *War and Underdevelopment: the Economic and Social Consequences of Conflict*. Oxford: Oxford University Press.
- Stiglitz, Joseph. 1998. 'Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies and Processes.' Paper delivered at the 1998 Prebisch Lecture. Geneva: UNCTAD, 19 October.
- Temple, Jonathan and Paul Johnson. 1998. 'Social Capability And Economic Growth.' *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 113, pp. 965–90.
- Turshen, Merideth and Clotilde Twagiramariya, eds. 1998. *What Women Do in Wartime: Gender and Conflict in Africa*. London: Zed Books.
- UN (United Nations). 1992. *An Agenda for Peace Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping*. A/47/277 – S/241111 of 17 June.
- , 1995a. *Convention on Sustainable Human Development*. New York: United Nations Economic Commission for Africa.

## SMALL ARMS SURVEY 2003

- , 1995b. *World Summit for Social Development*. <<http://www.visionoffice.com/socdev/wssd.htm>>
- , 1998a. *International Study on Firearm Regulation*. New York: United Nations.
- , 1998b. *The Causes of Conflict and the Promotion of Durable Peace and Sustainable Development in Africa*. Report of the Secretary-General to the United Nations Security Council. A/52/871-5/1998/318 of 18 April.
- , Statistics Division. 2000. <<http://www.un.org/depts/unsd/ww2000/table5a.htm>>
- , 2001. *Safety and Security of Humanitarian Personnel and Protection of United Nations Personnel. Report of the Secretary General*. UN/A/56/384 of 20 September.
- , 2002. *International Conference on Financing for Development*. A/CONF/198/3 of 22 March.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2002a. *The Least Developed Countries Report 2002: Escaping the Poverty Trap*. Geneva: UNCTAD.
- , 2002b. *Trade and Development Report*. Geneva: UNCTAD.
- UNDDA (UN Department for Disarmament Affairs). 2002. 'Military Spending and Development.' *DDA 2002 Update*. 29 April. <<http://www.disarmament.un.org/update/jul02art7.htm>>
- UNDP (United Nations Development Programme). 1999. *Human Development Report for Niger: The Environment and Sustainable Human Development*. UNDP.
- , 2000a. *Human Development Report: Human Rights and Human Development*. Oxford: Oxford University Press.
- , 2000b. *National Human Development Report for Albania: Economic and Social Insecurity, Emigration and Migration*. Tirana: UNDP.
- , 2001a. *Human Development Report*. Oxford: Oxford University Press.
- , 2001b. 'UNDP Administrator says disarmament is futile unless root causes of conflict are addressed.' Press Release. July.
- , 2002. *Human Development Report*. Oxford: Oxford University Press.
- UNGA (United Nations General Assembly). 1987. Resolution A/RES/42/45 of 30 November.
- , 1989. Resolution A/RES/44/449 of 14 September.
- , 1990. Resolution A/RES/45/592 of 18 October.
- , 1991. Resolution A/RES/46/527 of 22 October.
- , 1993. Resolution A/RES/48/400 of 28 September.
- , 1999. Resolution A/RES/54/254 of 19 August.
- , 2000a. *Millennium Summit of the United Nations*. Resolution A/RES/54/254 of 15 March.
- , 2000b. Resolution A/RES/55/2 of 2 September.
- , 2001. *Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All its Aspects*. Reproduced in UN document A/CONF.192/15 of 20 July.
- UNHABITAT (United Nations Human Settlements Programme). 2001. *Human Settlement Statistics*. New York: UN.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 1997. *State of the World's Refugees*. Oxford: Oxford University Press.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2002. *UNICEF Humanitarian Action Report 2002*. New York: UNICEF. <<http://www.unicef.org/emerg/Appeals.html>>
- UNICRI (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute). 2000. *World Organised Crime Report*. Turin: UNICRI.
- United Kingdom. DFID (Department For International Development). 2001. *Understanding and Supporting Security Sector Reform*. London: DFID.
- , DFID, Foreign and Commonwealth Office, and Ministry of Defence. 2001. *Small Arms and Light Weapons: A UK Policy Briefing*. London: DFID.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 1986-2002. *United Nations Surveys on Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems*. Vienna: UNODC. <[http://www.undcp.org/odccp/crime\\_cicp\\_surveys.html](http://www.undcp.org/odccp/crime_cicp_surveys.html)>
- Viva Rio. 2002. Press Release. <<http://www.desarme.org>>
- Wallensteen, Peter and Margareta Sollenberg. 2000. 'Armed Conflict, 1989-99.' *Journal of Peace Research*, Vol. 37, No. 5, pp. 635-49.
- WHO (World Health Organisation). 2002. *World Report on Violence and Health*. Geneva: WHO.
- Women's Commission for Refugee Women and Children. 1999. *Internal Displacement in Kosovo: The Impact on Women and Children*. <<http://www.womenscommission.org/reports/reports.html>>
- , 2001. *Making the Choice for a Better Life: Promoting the Protection and Capacity of Kosovo's Youth*. New York: Women's Commission for Refugee Women and Children.
- World Bank. 1996. *Violence and Urban Poverty in Jamaica: Breaking the Cycle*. Washington, DC: World Bank.
- , 2000. *Comprehensive Development Framework*. <<http://www.worldbank.org/cdf>>
- , 2001a. 'Development Co-operation and Conflict.' *World Bank Operational Manual: Operational Policies*. OP 2.30.
- , 2001b. Post Conflict Reconstruction: The Role of the World Bank. Washington, DC: World Bank.
- , 2001c. *World Development Report*. New York: Oxford University Press.
- , 2002a. *World Development Report*. New York: Oxford University Press.
- , 2002b. *World Bank Indicators/Data*. <<http://www.worldbank.org/data/>>
- , 2003. *World Development Report*. New York: Oxford University Press.
- , and the Carter Center. 1997. *From Civil War to Civil Society: The Transition from War to Peace in Guatemala and Liberia*. Washington, DC and Atlanta: World Bank and the Carter Center.



## DESENVOLVIMENTO

World Commission on Environment and Development (Brundtland Commission). 1987. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

Wulf, Herbert. 1991. *Disarmament as a Chance for Human Development: Is there a peace dividend?* Occasional Paper No. 5. New York: UNDP.

### ACKNOWLEDGEMENTS

#### Main contributors

Mufor Atanga, Nicole Ball, Phil Cook, Adedeji Ebo, Vanessa Farr, Jeremy Ginifer, Richard Jolly, Olive Kobusingye, Jens Ludwig, Kizito Sabala, and Robert Scharf.

#### Other contributors

Economist Intelligence Unit (EIU), Torge Kübler, and Geraldine O'Callaghan.

